

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

LISANDRO SILVEIRA SOARES

APROXIMAÇÕES ENTRE ÉTICA CRISTÃ E ÉTICA EMPRESARIAL:
APONTAMENTOS A PARTIR DO EIXO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

São Leopoldo

2015

LISANDRO SILVEIRA SOARES

APROXIMAÇÕES ENTRE ÉTICA CRISTÃ E ÉTICA EMPRESARIAL:
APONTAMENTOS A PARTIR DO EIXO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: Iuri Andréas Reblin

São Leopoldo

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S676a Soares, Lisandro Silveira

Aproximações entre ética cristã e ética empresarial:
apontamentos a partir do eixo da responsabilidade social /
Lisandro Silveira Soares ; orientador Iuri Andréas Reblin. –
São Leopoldo : EST/PPG, 2015.

76 p. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de
Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,
2015.

1. Ética cristã. 2. Ética empresarial. 3. Responsabilidade
social da empresa. I. Reblin, Iuri Andréas. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

LISANDRO SILVEIRA SOARES

APROXIMAÇÕES ENTRE ÉTICA CRISTÃ E ÉTICA EMPRESARIAL:
APONTAMENTOS A PARTIR DO EIXO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Data de Aprovação:

Iuri Andréas Reblin – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Valério Guilherme Schaper – Doutor em Teologia – Faculdades EST

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer a pessoa mais importante da minha vida, quem me amou de forma incondicional, anulando-se completamente de suas vontades e desejos, sacrificando sua saúde e seu precioso tempo de vida para suprir todas as minhas necessidades, as minhas e as de meus irmãos. Essa amável pessoa, e admirável mulher, que todos que a conheciam desejavam estar junto a ela o máximo de tempo possível. Muito me orgulho de ter tido a Sra. Hormínia Rosa da Silveira Soares como minha genitora, educadora e conselheira. Ela deixou um legado irrepreensível de fé em Cristo Jesus e de muito amor pela humanidade, uma mulher que tinha seus joelhos marcados pelas horas de orações (*In memoriam*).

No final do primeiro trimestre deste ano, ela me disse:

- Filho, a mãe tem muita pena dessas pessoas que moram nas ruas e que comem do lixo, estou orando por elas todos os dias. Nesse momento, seus pequenos olhos escuros encheram-se de lágrimas.

Descrever com palavras, apenas, é impossível entender a magnífica pessoa que foi minha amada mãe, um exemplo de ser humano, uma história de vida exemplar, de amor e dedicação a sua família. Deus me presenteou, a mim e a meus irmãos, em tê-la como nosso amparo para todos os dias, indiferente do problema e da situação vivenciada. O legado de valores que ela nos deixou será transmitido aos meus cinco filhos e aos vindouros netos.

Infelizmente, no último dia 02 de junho, ela nos deixou partindo para a vida eterna. Confortando-me a certeza de sua salvação. Guardo em meu coração o orgulho de ser filho dessa sábia e maravilhosa mulher.

Durante minha vida escolar e acadêmica, sempre recorri a minha amada mãe para compartilhar as conquistas e as dificuldades, e sua resposta sempre foi de apoio e de fortalecimento. No tão esperado dia da minha colação de grau, no Bourbon Country, em Porto Alegre, sendo eu, o orador da turma, o orgulho resplandecia em seu doce olhar. Escolhi uma música que reflete uma fase de muito sofrimento em nossas vidas, uma música do conjunto *Voz da Verdade*, intitulada Escudo, e que ao ouvi-la arrancava lágrimas de nossos

olhos. Do palco avistava minha família e olhei ela enxugando suas lágrimas, somadas ao seu largo sorriso.

Muito obrigado, mãe!, por tudo que você fez pela nossa felicidade e união em família!

*Por toda a minha vida,
Ó Senhor te louvarei
Pois meu fôlego é Tua vida
E nunca me cansarei
Posso ouvir a Tua voz,
É mais doce do que o mel
Que me tira desta cova
E me leva até o céu
Já vi fogo e terremoto
Vento forte que passou
Já vivi tantos perigos
Mas Tua voz me acalmou
Tu dás ordens às estrelas
E ao mar os seu limites
Eu me sinto tão seguro
No Teu colo oh, Altíssimo
Não há ferrolhos, nem portas
Que se fechem diante da Tua voz
Não há doenças, nem culpa
Que fique de pé diante de nós
E a tempestade se acalma
Na voz Daquela que tudo criou
Pois Tua palavra é pura
Escudo para os que Nele creem
(Escudo, Grupo Voz da Verdade)*

RESUMO

O presente trabalho final de mestrado profissional tem como objetivo analisar a *ética cristã* e a *ética empresarial*, buscando aportes para a elaboração de uma possível *ética empresarial cristã*. O tema é muito atual e carece de fundamentação dentro de padrões que considerem a questão da *responsabilidade social* em âmbito teológico. A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica e conceitual. Os resultados da pesquisa se mostram a partir da consideração da *responsabilidade social* em viés teológico e sua possível vinculação com o mundo dos negócios. Concluímos por considerar a possibilidade de uma ética encarnada no seio da gestão empresarial e dos stakeholders, problematizando as várias dificuldades reais e as complexidades normativas de uma organização que prioriza a lógica da maximização dos lucros. Na distinção entre moral e ética, realizamos os aportes necessários à construção de sugestões que permeiem possíveis programas de *ética empresarial cristã*, elencando questões concretas como salário equânime, participação nas tomadas de decisão, incentivo à organização lúdica e à priorização da dignidade humana.

Palavras-chave: Ética Cristã. Ética Empresarial. Responsabilidade Social. Ética da Responsabilidade.

ABSTRACT

This final paper for the professional Master's program has as its goal to analyze the *Christian Ethic* and the *Business Ethic* seeking contributions for the elaboration of a possible *Christian Business Ethic*. The theme is very current and lacks foundation within standards which consider the issue of *social responsibility* in the theological area. The methodology used was bibliographic and conceptual research. The results of the research show up based on the consideration of *social responsibility* from the theological viewpoint and its possible tie to the business world. We conclude considering the possibility of an ethics incarnated in the bosom of business management and of the stakeholders, problematizing the various real difficulties and the normative complexities of an organization which prioritizes the logic of maximizing the profits. Within the distinction between morality and ethics, we fulfill the necessary contributions which permeate possible programs of *Christian business ethics*, laying out concrete issues such as equitable salary, participation in the decision making, encouragement for organization of play and the prioritization of human dignity.

Keywords: Christian Ethic. Business Ethic. Social Responsibility. Ethics of Responsibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 A ÉTICA E SUAS MUITAS dimensões	11
1.1 A ética: a necessidade de decidir	13
1.2 A ideia de moral	19
1.3 A ética cristã: reflexão encarnada.....	22
2 A ÉTICA EMPRESARIAL: APORTES CONCEITUAIS	33
2.1 A ética empresarial.....	34
2.2 Stakeholders: um novo modelo	41
2.3 A Responsabilidade Social	45
3 APROXIMAÇÕES ENTRE ÉTICA CRISTÃ E ÉTICA EMPRESARIAL.....	51
3.1 A ética e os valores da tradição cristã protestante	53
3.2 Alguns aportes práticos para uma ética cristã empresarial	56
3.3 Fundamentos norteadores a uma ética empresarial cristã.....	59
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS.....	71

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer a pessoa mais importante da minha vida, quem me amou de forma incondicional, anulando-se completamente de suas vontades e desejos, sacrificando sua saúde e seu precioso tempo de vida para suprir todas as minhas necessidades, as minhas e as de meus irmãos. Essa amável pessoa, e admirável mulher, que todos que a conheciam desejavam estar junto a ela o máximo de tempo possível. Muito me orgulho de ter tido a Sra. Hormínia Rosa da Silveira Soares como minha genitora, educadora e conselheira. Ela deixou um legado irrepreensível de fé em Cristo Jesus e de muito amor pela humanidade, uma mulher que tinha seus joelhos marcados pelas horas de orações (*In memoriam*).

No final do primeiro trimestre deste ano, ela me disse:

- Filho, a mãe tem muita pena dessas pessoas que moram nas ruas e que comem do lixo, estou orando por elas todos os dias. Nesse momento, seus pequenos olhos escuros encheram-se de lágrimas.

Descrever com palavras, apenas, é impossível entender a magnífica pessoa que foi minha amada mãe, um exemplo de ser humano, uma história de vida exemplar, de amor e dedicação a sua família. Deus me presenteou, a mim e a meus irmãos, em tê-la como nosso amparo para todos os dias, indiferente do problema e da situação vivenciada. O legado de valores que ela nos deixou será transmitido aos meus cinco filhos e aos vindouros netos.

Infelizmente, no último dia 02 de junho, ela nos deixou partindo para a vida eterna. Confortando-me a certeza de sua salvação. Guardo em meu coração o orgulho de ser filho dessa sábia e maravilhosa mulher.

Durante minha vida escolar e acadêmica, sempre recorri a minha amada mãe para compartilhar as conquistas e as dificuldades, e sua resposta sempre foi de apoio e de fortalecimento. No tão esperado dia da minha colação de grau, no Bourbon Country, em Porto Alegre, sendo eu, o orador da turma, o orgulho resplandecia em seu doce olhar. Escolhi uma música que reflete uma fase de muito sofrimento em nossas vidas, uma música do conjunto *Voz da Verdade*, intitulada Escudo, e que ao ouvi-la arrancava lágrimas de nossos olhos. Do palco avistava minha família e olhei ela enxugando suas lágrimas, somadas ao seu largo sorriso.

6

Muito obrigado, mãe!, por tudo que você fez pela nossa felicidade e união em família!

*Por toda a minha vida,
Ó Senhor te louvarei
Pois meu fôlego é Tua vida
E nunca me cansarei
Posso ouvir a Tua voz,
É mais doce do que o mel
Que me tira desta cova
E me leva até o céu
Já vi fogo e terremoto
Vento forte que passou
Já vivi tantos perigos
Mas Tua voz me acalmou
Tu dás ordens às estrelas
E ao mar os seu limites
Eu me sinto tão seguro
No Teu colo oh, Altíssimo
Não há ferrolhos, nem portas
Que se fechem diante da Tua voz
Não há doenças, nem culpa
Que fique de pé diante de nós
E a tempestade se acalma
Na voz Daquele que tudo criou
Pois Tua palavra é pura
Escudo para os que Nele creem
(Escudo, Grupo Voz da Verdade)*

INTRODUÇÃO

Ao falarmos em ética cristã a primeira coisa que pensamos é se seria possível ser um executivo que respeite as ordenanças da tradição moral cristã e, ainda assim, possa auferir lucro em processos de gestão empresarial sem que isso seja motivo de inquietação ética. É possível pensar em uma ética em meio ao mundo dos negócios empresariais? Existem tipos de pensamento ético que poderiam auxiliar na elaboração de uma ética empresarial cristã? As normas, os códigos morais e as várias formas de vinculação moral nas sociedades modernas permitem considerar o ser humano como fim e não simplesmente um meio?

Essas questões surgem quando nos prontificamos em falar a respeito de uma ética no seio empresarial. Há muita dúvida quanto ao papel dos cristãos e cristãs que atuam no setor de negócios e principalmente no meio do capital financeiro. A última crise econômica mundial que foi orquestrada no setor financeiro internacional teve como estopim a manipulação dos profissionais que escondiam e manipulavam os dados e estatísticas sobre a principal economia mundial, os Estados Unidos da América do Norte, conduzindo dessa maneira à bancarrota centenas e milhares de investidores ao redor do mundo, causando efeitos globais. Porém, o mais estarrecedor foi o fato de que o governo norte americano após ter aprovado empréstimos bilionários aos bancos, tentando assim evitar maiores danos à economia, viu-se abatida por um golpe desse mesmo setor ao abrirem a concordata.

O presente trabalho final de mestrado profissional tem como objetivo analisar a ética cristã e empresarial, buscando aportes que possibilitem a organização de uma consideração acerca de uma ética empresarial cristã que tenha eixo de articulação a responsabilidade social, bem como a sustentabilidade. Para tanto, o trabalho está dividido em três capítulos, da seguinte maneira: no primeiro capítulo avaliaremos alguns conceitos da tradição filosófica a respeito da ética, considerando o caráter da noção de decisão tão presente nesta perspectiva, também realizando a distinção entre moral e ética, e fazendo uma consideração a respeito da ética cristã com uma reflexão encarnada na realidade; no segundo capítulo, faremos considerações acerca da ética empresarial tomando como eixo de

análise a teoria dos stakeholders e da responsabilidade social; por fim, no terceiro capítulo, será abordada a questão da ética da responsabilidade e possíveis aproximações entre o mundo empresarial e ética cristã.

1 A ÉTICA E SUAS MUITAS DIMENSÕES

Um dos temas que mais que têm tomado lugar nas discussões relacionadas ao convívio humano em sociedade é a ética. A antiga questão a respeito do que fazer em determinadas situações nunca deixa de ter importância devido a própria situação existencial humana se constituir em algo sempre fundamentada em decisões a partir das quais o ser humano pode conviver com sua consciência. Obviamente que isso não acontece de forma automática, mas constitui uma necessidade entre possibilidades. Essa característica imiscui-se naquilo que os gregos atenienses chamaram de *ser*, isto é, aquilo que se coloca diante de um grupo ou indivíduo e que processa um questionamento fundamental ao ser humano: por que isso e não outra coisa? Melhor dizendo: o *ser* ou o *não ser* significam a possibilidade da sempre *situação de mudança* na qual o gênero humano está envolto. Decidir parece constituir uma característica da vida em sociedade. Por isso, tomar uma decisão não é algo que simplesmente aconteça de forma mecânica ou como um reflexo da pura intuição, é antes um processo complexo que parte de diretrizes organizadas no seio das sociedades humanas. Mais precisamente a partir de códigos que se estabelecem como normas atribuídas a poderes superiores, sejam eles de ordem religiosa ou do acordo entre as partes de uma determinada sociedade.

A ética surge assim como um tema antigo e pautado na reflexão racional. Não se constitui desde a fixidez dos códigos, mas sim da constante necessidade de atualizá-los para dentro da realidade dos indivíduos. A reflexão sobre fazer ou não fazer algo se estabelece como núcleo de um processo que se vincula com os dinamismos da construção social necessários a estabilidade dos grupos e da vinculação cotidiana que precisam ser elaboradas por cada indivíduo desde os códigos morais. Código moral constitui-se como normas estabelecidas pelos grupos humanos ao longo da história humana e que processam proibições e formas de conduta a uma coletividade.

Nesse sentido, a reflexão propriamente ética foi uma criação dos gregos atenienses entre os séculos V e III a.C, e que emergiu como pano de fundo da elaboração de uma forma nova de convivência social, a saber, a polis grega, a cidade-estado como norma de convivência e da qual deveriam estar prontos a

refletir e a lutar para que a vida privada fosse uma realidade protegida de agressores. Assim, podemos dizer que a vida privada somente seria possível se houvesse uma vida pública da qual derivassem normas específicas de reunião e ajuntamento próprios a assim chamada democracia, o governo do povo.

O filósofo Platão formulou as bases para a ética a partir daquilo que ele considerava como a característica mais própria da cidade-estado, qual seja, a *virtude* (aretê/ἀρετή). Este termo indica um conceito de excelência, vincula-se à ideia de cumprimento de um propósito para o qual um indivíduo estaria destinado.¹ Já segundo Aristóteles a virtude é o elemento que caracteriza os seres e permite ao pensamento sua endogenia ao *éthos* (ἔθος), sendo assim o pensamento, dentro deste ambiente, algo que ético. A ética, de acordo com estagirita, será fundamentalmente social, enquanto a política for ética. São realidades conectadas. Isso quer dizer que na ética o ser humano individual se faz caracteristicamente membro da sociedade e, por isso, a virtude social do Estado aparece como a medida da virtude dos seus cidadãos; a ética consiste no estabelecimento de critérios a uma vida socialmente ordenada. Ela se fundamenta nos critérios elaborados a partir dos acontecimentos da vida, a partir da experiência coletiva.²

Seguindo esse raciocínio, a ética e a política estão vinculadas a um *éthos* (ἔθος), um mundo social específico e circundante de um grupo determinado que permite a este grupo organizar seus significados culturais e suas ações de decisão política. É importante perceber que a ética tem a sua particularidade *na reflexão para a ação*, não se trata de uma forma de pensamento desligada da realidade, uma vez que a sua finalidade é o próprio *agir ético* dos indivíduos em sociedade. A ética deve estabelecer uma vinculação dialética entre o pensar teórico e a ação dentro da realidade concreta, pois a sua tarefa não se constitui na construção de sistemas conceituais abstratos que não sejam esclarecedores da ação por meio da qual os indivíduos possam se realizar.³

Desde esta perspectiva, buscaremos estabelecer neste capítulo uma reflexão sobre a ética e sua necessária vinculação com a ação na sociedade. A ética como virtude necessária à cidadania (*polis*) torna-se essencial para a reflexão sobre

¹ LOPES, Hugo. *As Virtudes do Homem Bom: um paralelismo entre Platão e Aristóteles*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2014. p. 6.

² LOPES, 2014, p. 17.

³ ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. Lisboa: Presença, 1970. p. 206.

uma *ética cristã*. Estabeleceremos pontos de contato com a reflexão a respeito da ética empresarial para depois concatenar alguns aportes à responsabilidade social.

1.1 A ética: a necessidade de decidir

Dentro da linha de raciocínio supra, Aristóteles elabora toda uma reflexão a respeito de como se constitui e como podemos ter acesso à melhor vida, qual o bem supremo da vida humana, o que é a virtude (*aretê*), de que modo podemos encontrar a *felicidade* e nos satisfazermos como seres de vontade. O objetivo final (*télos*) da vida em sociedade é alcançar a felicidade (*eudaimonía*). Esse objetivo, para ser alcançado, necessita que a vida seja experimentada desde um viver que seja *racional*, o que significa viver segundo a *virtude*. Por sua vez, a virtude dependerá da capacidade de julgar conforme a força da *norma* (*nomos*) estabelecida e conforme à sabedoria prática dos indivíduos. A razão normativa (*orthòs lógos*) necessita recusar as extremidades e chegar a um meio termo (*mesótês*), a um equilíbrio que permita não tender demasiadamente para um ou outro lado, no caso dessas polarizações apresentarem medidas extremas que sejam consideradas potencialmente anômicas.⁴ Aristóteles imagina que todos os seres possuem virtude, mas somente o ser humano possui *excelência*, que o capacita a dominar seus impulsos.⁵

A felicidade e o bem derivam do tipo de vida que o indivíduo leva. Enquanto a maioria pensa que a felicidade é o prazer e outros se dedicam à política, identificando a felicidade com a aquisição de honra, a verdadeira função do Homem Bom é a vida contemplativa, dedicada à contemplação pura (1095b4-31). Sendo assim, a peculiaridade do ser humano reside em agir de acordo com a virtude, tornar-se excelente (1098b15 e 1106b1-26). Só quem age correctamente durante a vida alcança coisas boas e belas, só esse será o homem bom. A felicidade é então um postulado da excelência (que nesta tradução se configura como sinónimo de virtude) e da aprendizagem, o resultado de uma vida virtuosa, a melhor das coisas, divina e abençoada, adquirida pelo esforço (1099a1-7 e 1099b15- 23). Todavia, para se ser feliz é necessário uma excelência e uma vida completa, pelo que se nota a interdependência recíproca entre ambos os conceitos.⁶

A alma dos animais, mesmo que seja irracional, em certo sentido participa da razão, e pode ser considerada sensível. Isso permite ver que no ser humano a sensibilidade também está presente e que é necessário dominá-la, já que essas

⁴ DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

⁵ ARISTÓTELES. *Ética a Nicómacos*. Brasília: UnB, 1985. p. 30.

⁶ LOPES, 2014, p. 17.

tendências e esses impulsos tendem a ser passionais (*hiper-sensíveis*). É assim chamada tal virtude de ética. Finalmente, posto que existisse em nós uma alma puramente racional, devesse então corresponder também a uma virtude própria dessa parte da alma, que é chamada de virtude *dianoética* ou *intelectual*, isto é, a *virtude racional*. É nesse sentido que a capacidade de tomar decisões se vincula com a virtude. Aristóteles diz:

O discernimento, por outro lado, relaciona-se com as ações humanas e coisas acerca das quais é possível deliberar; de fato, dizemos que deliberar bem é acima de tudo a função das pessoas de discernimento, mas ninguém delibera a respeito de coisas invariáveis, ou de coisas cuja finalidade não seja um bem que possamos atingir mediante a ação. As pessoas boas de um modo geral são as capazes de visar calculadamente ao que há de melhor para as criaturas humanas nas coisas passíveis de ser atingidas mediante a ação. Tampouco o discernimento se relaciona somente com os universais; ele deve também levar em conta os particulares, pois o discernimento é prático e a prática se relaciona com os particulares. [...] O discernimento se relaciona também com a ação, de tal modo que as pessoas devem possuir ambas as suas formas, ou melhor, mais conhecimento dos fatos particulares do que conhecimento dos universais.⁷

É preciso esclarecer que o conceito grego sobre a *aretê* (virtude) constitui uma semântica distinta do que aquela designada pela noção de virtude em um contexto de cultura cristã. Para o mundo grego, *aretê* significa o grau de excelência no exercício de uma capacidade que um ser possui como algo próprio a si. *Aretê* é certa realização daquilo que constitui uma função natural e não está relacionada com a ideia de essência. Elaborada a função do ser humano como ação da alma enquanto possuidora de razão (*logos*), aqui, pode ser entendida em dois sentidos, sendo em ambos possível o acesso à função ou grau correspondente de virtude. Por isso Aristóteles fala, então, de virtudes que sejam intelectivas e de virtudes éticas.

A virtude intelectual (*dianoética*) estaria, para o autor grego, relacionada com a aprendizagem, sendo, por isso, necessário a experiência e o tempo, consistindo assim a virtude ética como o produto do *hábito* (*habitus*), do costume (*éthos*). Essa forma de virtude não se constitui, em nós, por trabalho da natureza, pois nada do que existe por natureza pode ser alterado pelo hábito, mas é resultado da prática educativa:

Por exemplo, a pedra, que por natureza se move para baixo, não pode ser habituada a mover-se para cima, ainda que alguém tente habituá-la

⁷ ARISTÓTELES, 1985, p.119.

jogando-a dez mil vezes para cima; tampouco o fogo pode ser habituado a mover-se para baixo, nem qualquer outra coisa que por natureza se comporta de determinada maneira pode ser habituada a comportar-se de maneira diferente.⁸

Desta feita, a expressão "por natureza" fica entendida em Aristóteles como o *princípio de necessidade*; as virtudes não são produzidas pela natureza, nem tampouco na contramão da natureza, mas "a natureza nos dá capacidade de recebê-la, e esta capacidade se aperfeiçoa com o hábito".⁹ A virtude não é nem natural, nem algo não natural, mas tomada por processos educacionais. O ser humano a adquire pela prática, pela ação, pelo cotidiano; tornamo-nos justos e moderados pela prática de atos justos ou moderados, modelados pela capacidade de reflexão abstrata. Por podermos meditar a respeito.

As coisas que temos de aprender antes de fazer, aprendemo-las fazendo-as, por exemplo. Os homens se tornam construtores construindo, e se tornam citaristas tocando cítara; da mesma forma tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente, e corajosos agindo corajosamente.¹⁰

O pensador grego busca construir uma análise das *ações humanas* que ajude a esclarecer um projeto que auxilie na produção de pessoas boas mais do que simplesmente a pura concepção teórica. De tais *ações humanas* é importante dizer que tanto o *excesso* quanto a *carência* precisam ser evitadas, "agindo de acordo com a reta razão".¹¹ A virtude seria o meio termo (*mesótês*) entre o *excesso* e a *carência*, que na justa medida permite considerar a organização orgânica da sociedade. A virtude é um estado habitual dirigida à decisão e consiste numa justa medida relativa a nós, em que a norma é a regra moral; sendo assim, a virtude é um meio termo (*mesótês*).¹²

[...] em relação a todas as faculdades que nos vêm por natureza recebemos primeiro a potencialidade, e, somente mais tarde exibimos a atividade (isto é claro no caso dos sentidos, pois não foi por ver repetidamente ou repetidamente ouvir que adquirimos estes sentidos; ao contrário, já os tínhamos antes de começar a usufruí-los, e não passamos a tê-los por usufruí-los); quanto às várias formas de excelência moral, todavia, adquirimo-las por havê-las efetivamente praticado, tal como fazemos com as artes. As coisas que temos de aprender antes de fazer, aprendemo-las

⁸ ARISTÓTELES, 1985, p. 25.

⁹ ARISTÓTELES, 1985, p. 31.

¹⁰ ARISTÓTELES, 1985, p. 32.

¹¹ ARISTÓTELES, 1985, p. 40.

¹² ROSS, David. *Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1987. p.199.

fazendo-as – por exemplo, os homens se tornam construtores construindo, e se tornam citaristas tocando cítara; da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos, moderados agindo moderadamente, e corajosos agindo corajosamente. Essa asserção é confirmada pelo que acontece nas cidades, pois os legisladores formam os cidadãos habituando-os a fazerem o bem; esta é a intenção de todos os legisladores; os que não a põem corretamente em prática falham em seu objetivo, e é sob este aspecto que a boa constituição difere da má.¹³

O objetivo de nossa vida é alcançar a felicidade. Para alcançarmos a felicidade, precisamos viver de maneira racional. Isso implica em viver racionalmente, significa viver segundo a *virtude*. A virtude é buscada no meio termo entre ações opostas, entre o *excesso* e a *carência*. A virtude dependerá de um julgamento para repudiar o excesso e conseguir a *mesótês*, obtendo assim a justa reflexão a respeito da *norma da sabedoria prática, da razão correta (orthòs lógos)*. Porém, *mesótês* não significa simplesmente o meio termo entre extremidades, mas sim o meio se constitui como a justa medida relativamente a nós. A norma é a moral introjetada pelo *éthos*, a *virtude* é um justo meio. É assim que se conquista a essência da virtude, pois é o meio entre duas ações e, ao mesmo tempo, é o extremo enquanto justo meio atingido.¹⁴ A excelência moral não é emoção ou a ciência enquanto racionalidade, mas uma *disposição da alma*, especificamente uma disposição para escolher o meio-termo de situações que, tomadas somente a partir daquilo que constitui o sensível nos seres humanos, poderiam ser polarizadas. Por meio termo Aristóteles quer “significar aquilo que é equidistante em relação a cada um dos extremos, e que é o único e o mesmo em relação a todos os homens”.¹⁵ Trata-se do tema da *decisão justa*, correta, realizada pelo discernimento e direcionada pela prudência. Para o filósofo grego, a *virtude* não é uma imanência, mas sim uma produção do *dever* possibilitado pela educação.

A virtude se relaciona com as emoções e as ações, nas quais o excesso é uma forma de erro, tanto quanto a falta, enquanto o meio termo é louvado como um acerto, ser louvado e estar certo são características da virtude. A virtude, portanto, é algo como a equidistância, pois, seu alvo é o meio termo.¹⁶

Podemos ver no tema da ética, como questionamento universal que realizam os indivíduos ao se perguntarem, ao longo da história do Ocidente, o *porquê* de tal

¹³ ARISTÓTELES, 1985, p. 35-6.

¹⁴ ROSS, 1987, p.199.

¹⁵ ARISTÓTELES, 1985, p. 33.

¹⁶ ARISTÓTELES, 1985, p. 35.

situação e não outra, uma tradução conseqüente à contemporaneidade. Nessa contemporaneidade, os anseios, as expectativas, as crenças e os desejos dos indivíduos sociais, em seus mais diversos territórios, passam a influenciar na necessidade da tomada da decisão de maneira mais intensa, uma vez que eles se entendem mais sozinhos.¹⁷ A procura de valores morais desperta, muitas vezes, predisposições religiosas, fomenta projetos políticos, interpreta percepções de espírito, mais ou menos racionais, quando não incentiva ações mais propensas à conservação do *status quo*. Por suposto, o indivíduo, desde um ponto de vista moral, está sempre afirmando sua disposição para tal. Para pequenas ou grandes frustrações de tal bem apregoado (mazelas, misérias cotidianas, pequenezas, demasiado egoísmo) existe a tendência da relativização, ou convenientemente relegadas à falta de memória que é possível ser construída, por parte dos indivíduos a respeito de seus próprios atos. De qualquer forma, a disposição para o “bem” terá, necessariamente, que ser projetada a partir dos usos e costumes mas também por meio da crença, por meio dos *hábitos* de vida ética. Vázquez, nesse sentido, afirma que “do ponto de vista moral, o indivíduo deve sempre estar em forma, preparado ou disposto; e isto é o que se queria dizer, tradicionalmente, quando se falava numa pessoa virtuosa, como disposta sempre a preferir o bem e a realizá-lo”.¹⁸

Dessa maneira, podemos dizer que, segundo Aristóteles, a virtude que permite ações éticas se distingue dos vícios por *excesso* e dos vícios por *carência*. Podemos distingui-los como segue o Quadro 1:

¹⁷ Giddens fala que na ausência de uma autoridade definitiva, ao indivíduo é que cabe escolher e decidir em que acreditar. Ele argumenta que na contemporaneidade existem várias correntes, vários discursos, várias teorias, que cada indivíduo precisa realizar a sua síntese e desenvolver o seu projeto reflexivo individual, o que denota uma percepção muito mais solitária. Já não existem as grandes narrativas e os agentes que decidem coletivamente, pelo menos é assim a autopercepção de uma pós-modernidade. GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

¹⁸ VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 215.

Quadro 1 – Vícios segundo Aristóteles

Vícios por excesso *	Meio Termo *	Vícios por deficiência *
Temeridade	Coragem	Covardia
Libertinagem	Temperança	Insensibilidade
Esbanjamento	Magnanimidade	Avareza
Vulgaridade	Magnificência	Vileza
Vaidade	Respeito Próprio	Medo
Ambição	Prudência	Modéstia
Irascibilidade	Gentileza	Indiferença
Orgulho	Veracidade	Descrédito Próprio
Zombaria	Agudeza de Espírito	Grosseria
Condescendência	Amizade	Enfado
Timidez	Compostura	Insolência
Inveja	Justa Indignação	Malevolência

Fonte: A educação no tempo da ética: conexões entre Paradigmas Divergentes¹⁹

Após conceituar o voluntário e o involuntário, o filósofo analisa a noção de *decisão* (*prohaíresis*). O raciocínio é o seguinte: somente possui a virtude quem *decide* de forma intencional realizar um agir com fins. A virtude implicaria em uma disposição para a ação. No entanto, a decisão representaria a consumação da perfeição estando vinculada ao modo de sua própria virtude (*aretê*). Ele indica que a verdadeira relevância da *prohaíresis* está em que, como escolha intencional, ela emite um peso próprio para a sua ação. Ela, por isso, seria classificada como voluntária. Porém, nem todas as ações voluntárias seriam decisões virtuosas. Ações praticadas por crianças ou animais inferiores seriam, na verdade, espontâneas, mas não envolveriam a reflexão necessária; seriam decisões livres, porém espontâneas, e não refletidas. A decisão seria um desejo racional desde a possibilidade, algo que deliberado, porém, refletido. E tal deliberação seria sempre pautada por algo ao alcance humano, tendo relação com os meios e pressuporia, acima de qualquer coisa, um fim determinado. A decisão consistiria assim no melhor meio para o fim determinado pela reflexão. Esse trabalho seria contínuo e uma parte fundamental para se alcançar o fim objetivado, recuando ou avançando no alcance de um o meio, procedendo dessa forma, até que seja possível obter-se um meio capaz de ser aceito aqui e agora.

¹⁹ SCHERER, Deoclécio Antonio. A educação no tempo da ética: conexões entre paradigmas divergente. *Revista Diálogo Educacional*, 2000, 1 (1). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189118251007>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

1.2 A ideia de moral

A virtude moral respeitaria uma mediação relativa a nós. Constituiria a virtude moral, além disso, uma disposição (*héxis*) isto é, como se processaria o comportamento dos seres humanos relativos às emoções. Há de se tornar distinguida o que significa a diferença específica entre *virtude moral* e *virtude intelectual*.

Para Aristóteles, o que distingue as duas espécies de virtude é a *mediação*. A *virtude intelectual* é conquistada por meio da educação algo que civilizatório, necessitando de experiência e tempo. Nesse sentido, a virtude moral é apreendida e aprendida como resultado do hábito (*habitus*). O *hábito* condiciona o comportamento dos seres humanos como algo considerado bom ou ruim. É devido ao *hábito* que tomamos a justa medida com relação a nós. Logo, a noção de meio termo, a *mediania* ou *mediedade*, é imposta pela razão com relação às emoções e é relativa às circunstâncias nas quais a ação se produz.²⁰

As virtudes morais não surgem nos seres humanos por meio da natureza, pois o que é dado por natureza não pode ser alterado através do hábito e “a natureza nos dá a capacidade de recebê-las [as virtudes], e tal capacidade se aperfeiçoa com o hábito”.²¹ Virtudes e artes são adquiridas pelo exercício, ou seja, a prática das virtudes é um pré-requisito para que se possa adquiri-las. Sem a prática, não há a possibilidade de o ser humano tornar-se bom, ser virtuoso. Tornamo-nos justos ao praticarmos atos justos, pois “toda a virtude é gerada e destruída pelas mesmas causas e pelos mesmos meios”.²² Já que as virtudes morais são vistas como produto do *hábito*, conseqüentemente não deveriam ser tomadas como inatas. Por isso, ao considerar as virtudes morais como capacidades socialmente construídas, existe a implicação de que os seres humanos sejam a causa de suas próprias ações, sendo os responsáveis pelo seu caráter, por essa ação precede e prevalece sobre a disposição. Está na natureza das virtudes a possibilidade de serem destruídas pela carência ou pelo excesso e, por isso, cumpre à *mediania* resguardar as virtudes morais e também diferencia-las das virtudes naturais. É

²⁰ MENEZES, Diego Sabbado; HOBUSS, João. A doutrina aristotélica da mediedade. XVIII CIC / XI ENPOS / I MOSTRA CIETÍFICA, Universidade Federal de Pelotas, 2009. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_00293.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

²¹ ARISTÓTELES, 1985, p. 34.

²² ARISTÓTELES, 1985, p. 36.

possível perceber, assim, que a noção de justa medida permite conceber que qualquer virtude seja destruída pelos extremos: a virtude seria, portanto, o equilíbrio entre o *sentir em demasia, em excesso*, e a *apatia*. Portanto, torna-se com nitidez que a virtude precisa buscar a harmonia, e esta é dada pela razão experimentada entre as emoções extremas. A mediania caracterizaria, desta forma, a excelência moral. Aristóteles faz a seguinte definição:

Estou falando da excelência moral, pois é esta que se relaciona com as emoções e ações, e nestas há excesso, falta e meio termo. Por exemplo, pode-se sentir medo, confiança, desejos, cólera, piedade, e, de um modo geral, prazer e sofrimento, demais ou muito pouco, e, em ambos os casos, isto não é bom: mas experimentar estes sentimentos no momento certo, em relação aos objetos certos e às pessoas certas, e de maneira certa, é o meio termo e o melhor, e isto é característico da excelência. Há também, da mesma forma, excesso, falta e meio termo em relação às ações. Ora, a excelência moral se relaciona com as emoções e as ações, nas quais o excesso é uma forma de erro, tanto quanto a falta, enquanto o meio termo é louvado como um acerto; ser louvado e estar certo são características da excelência moral. A excelência moral, portanto, é algo como equidistância, pois, como já vimos, seu alvo é o meio termo. Ademais é possível errar de várias maneiras, ao passo que só é possível acertar de uma maneira (também por esta razão é fácil errar e difícil acertar – fácil errar o alvo, e difícil acertar nele); também é por isto que o excesso e a falta são características da deficiência moral, e o meio termo é uma característica da excelência moral, pois a bondade é uma só, mas a maldade é múltipla.²³

Ao propor a mediania como gênero de virtude moral, como norma moral, Aristóteles retorna à sabedoria grega clássica porque esta indicava a mediania como a *regra de ouro* do agir moral. A mediania tem o aspecto de não silenciar as emoções, mas buscar a proporcionalidade e, devido a essa proporcionalidade, a ação poderá ser adequada desde uma perspectiva moral e, concomitantemente, a ação ficará ligada às emoções e paixões. De acordo com Aristóteles, a posição do meio termo possui a mesma distância de cada um dos extremos. Com relação a nós e sempre considerando esse viés, o *meio termo é o que não excede nem carece*. Assim, fica evidente que o “meio” se dá em relação ao agente, pois “não é único e o mesmo para todos”.²⁴

A virtude moral deve possuir a qualidade de visar o meio termo por se relacionar com as paixões e ações. Nas ações e paixões, por sua vez, existem a carência, o excesso e o meio termo. As ações e os apetites não têm, em sua natureza, algo que determine sua tendência para a carência ou para o excesso. Por

²³ ARISTÓTELES, 1985, p. 42.

²⁴ ARISTÓTELES, 1985, p. 34.

sua vez, a tendência à mediania expressa a virtude moral, expressa a excelência da faculdade desiderativa da alma humana, o que nos faz pender para a mediania são os processos de educação e de repetição de atos bons e justos. Por conseguinte, o *habitus* é desenvolvido visando justamente a mediania. Esta, por sua vez, é determinada por um princípio racional.²⁵ Note-se que, para Aristóteles, a virtude é uma espécie de meio termo que ocupa lugar de disposição do caráter em relação à escolha dos atos sob pressão das paixões.

A justa medida é determinada por um princípio racional próprio ao ser humano que capacitado por uma sabedoria prática. Assim, ao se buscar pela essência da virtude, por sua definição, Aristóteles a define como mediania, ou “a mediedade é a quiddidade da virtude”.²⁶

O filósofo afirma que sua investigação acerca da virtude não é de cunho exclusivamente teórico, mas sua pesquisa busca compreender a finalidade da ação dos seres humanos como seres capacitados para a ação feliz, pois cabe à política, tanto o conhecimento das virtudes quanto a função de fazer com que os seres humanos tornem-se felizes. Desta forma, é possível buscarmos a definição da virtude e sua aplicação nos fatos cotidianos.

A virtude é um meio termo entre vicissitudes da temporalidade. Uma dessas vicissitudes tem a ver com o excesso e a outra com a carência. Cabe, assim, à virtude e a sua natureza procurar a mediania tanto nas ações. Embora algumas ações não permitam um meio termo, por suas próprias características violentas implicadas em guerras ou passionalidades trágicas, por assim dizer, é fundamental que apliquemo-nos ao domínio das paixões. Todos os extremos são equivocados. A mediania seria, nesse sentido, uma capacidade regulatória que os seres humanos podem desenvolver através de processos educacionais. Portanto, é preciso estarmos atentos aos equívocos nos quais somos enredados com maior facilidade. E é possível sabermos para qual tipo de equívoco somos enredados ao analisarmos o prazer e o sofrimento gerado por ele. Ao descobirmos para qual erro tendemos mais, devemos ir na direção contrária, devemos ir para o outro extremo e tentar buscar o estado intermediário, conseqüentemente afastando-nos do equívoco.

²⁵ LOPES, M. *O Animal Político: Estudos Sobre a Justiça e Virtude em Aristóteles*. São Paulo: Singular, 2008.

²⁶ ZINGANO, M. *Aristóteles. Ethica Nichomachea I 13-III 8: Tratado da Virtude Moral*. São Paulo: Odysseus, 2008. p. 23.

Em todas estas coisas, o meio termo é digno de ser louvado. Essa é uma máxima antiga da tradição filosófica assumida por Aristóteles. A vemos também presente em algumas passagens das epístolas do Apóstolo Paulo quando orienta os crentes a se atinarem para o meio termo (I Co 6). Contudo, nossa posição necessitaria inclinar dinamicamente ora no sentido do excesso, ora no sentido da carência, buscando com isso a finalidade de se chegar mais facilmente àquilo que é correto, isto é, à justa medida, ao meio termo.

1.3 A ética cristã: reflexão encarnada

É preciso notar que os conceitos de moral e de ética são diferentes. Embora tenham semelhanças, um não pode ser confundido com o outro. Não são sinônimos. Os conceitos de moral e de ética são o resultado de uma construção semântica que levou muitos séculos para expressar o atual sentido que possui. O sentido de moral é, via de regra, compreendido desde uma posição genérica, e que faz referência aos códigos de conduta que um grupo ou pessoa precisa respeitar, e também como um conjunto de regras bem elaboradas e pensadas a partir de valores culturais já existentes, e dos quais são formuladas consequências legais e jurídicas bem organizadas e transformadas em tópicos de reflexão científica necessárias para a regulação dos comportamentos dos grupos em sociedade. Sua origem linguística está no latim *mos* ou *moris*, e que significa um jeito de se comportar de acordo com uma regra já estabelecida pelo valor de seu uso.²⁷ Por isso é muito comum ligar a palavra *moral* com *costume*, *usos* e *modos* estabelecidos nas práticas cotidianas de um grupo social. O termo *costume* vem do adjetivo latino *moralis*, *morale*. Já o sentido do termo ética vem da palavra grega *ethos*, e tem o mesmo significado de *caráter*, *costume*, *prática cotidiana*, um *conjunto de hábitos* de um determinado grupo social, além de indicar o caráter de um indivíduo.²⁸

O que é a "moralidade" é tomada para se referir a execuções cruciais, embora muitas vezes não reconhecida, tem um papel fundamental na formulação de teorias éticas. Tomar a "moralidade" para se referir a um código de conduta existente acaba por negar que exista uma moralidade universal, que se aplique a todos os seres humanos. Este uso descritivo da

²⁷ BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia e da religião romana*. Petrópolis: Vozes; Brasília: Edunb, 1993. Verbetes: moral. p. 223.

²⁸ GERT, Bernard. The Definition of Morality. In: ZALTA, Edward N. (Org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Standofort: 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/contents.html>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

"moralidade" é utilizado pelos antropólogos quando eles descrevem a moralidade em sociedades que eles estudam. Recentemente, alguns psicólogos comparativistas e evolucionistas (Haidt, Hauser, De Waal) tomaram a moralidade, ou algo aproximado, para assegurá-la entre os grupos de animais não-humanos, principalmente outros primatas, mas não se limitando a eles. "Moralidade" também tem sido tomada para se referir a qualquer código de conduta que uma pessoa ou grupo tenha como mais importante.²⁹

Os atenienses davam aos seres humanos que tinham "bons costumes" a designação de pessoa com *boa índole*, pessoa com *bom caráter*, isto é, *pessoa ética*. Em grego, a palavra *ethos*, na forma maiúscula, significa *costume*, e se refere ao *lugar social e cultural* no qual uma pessoa nasce, cresce e se desenvolve. É, pois, seu *habitat social*. Na forma minúscula, a palavra *ethos* significa *caráter*. Por isso, os termos moral e ética se confundem, mas guardam entre si certas diferenças importantes.³⁰

Assim, podemos dizer que nós, brasileiros, temos duas grandes tradições, a ateniense e a latina, que são a base do que se pensa por ética e moral, nos dias atuais. Embora elas tenham um núcleo comum e similar, a moral é compreendida muito mais como o *lugar do cotidiano* e dos sentidos mais gerais do que se pensa sobre os comportamentos das pessoas dentro do seu campo cultural, enquanto a ética se consagrou como uma *disciplina científica e acadêmica* e uma exigência mais rigorosa a respeito de tomadas de decisão. Podemos dizer que a moral é composta por um quadro de regras que pode ser mais ou menos sofisticado, isso dependerá do contexto, e que fundamenta os limites da vivência social, em grupo, por assim dizer. A ética, por sua vez, seria a exigência colocada a todo indivíduo de refletir sobre esse quadro moral. Por isso, é possível dizer que a moral é constituída como um conjunto de leis e regras estabelecidas por uma sociedade e a ética a reflexão consequente realizada a respeito desse conjunto de leis e regras.³¹

²⁹ "What "morality" is taken to refer to plays a crucial, although often unacknowledged, role in formulating ethical theories. To take "morality" to refer to an actually existing code of conduct put forward by a society results in a denial that there is a universal morality, one that applies to all human beings. This descriptive use of "morality" is the one used by anthropologists when they report on the morality of the societies that they study. Recently, some comparative and evolutionary psychologists (Haidt, Hauser, De Waal) have taken morality, or a close anticipation of it, to be present among groups of non-human animals, primarily other primates but not limited to them. "Morality" has also been taken to refer to any code of conduct that a person or group takes as most important". GERT, 2011.

³⁰ MAY, Roy H. *Discernimento moral: uma introdução à ética cristã*. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

³¹ GERT, 2011.

A moral sendo um conjunto de regras, costumes e juízos acerca de determinados comportamentos de um indivíduo, dentro de uma determinada sociedade, tem valor de normatividade, isto é, regras de comportamento com valor de coerção, o que pode ou não pode ser realizado pelos indivíduos. Dito de outro jeito, é o conjunto de regras que orientam a ação das pessoas, e que as submetem ao dever mútuo, visando assim o comportamento coletivo para o bem e delimitando o que se considera como mal; conjunto de regras supostamente aceito e que busca ser o núcleo organizativo das relações dos indivíduos em uma sociedade.

A ética sendo a ciência que auxilia a reflexão sobre as noções e os princípios da vida moral constitui *uma disciplina teórica que tem por objeto a prática humana de tomar decisões*. Porém, a reflexão ética não está voltada apenas ao conhecimento de caráter teórico sobre os valores humanos que permitem a vinculação de ações e decisões, e de cuja origem e desenvolvimento estarão implicadas problemáticas de índole sociológica, antropológica, biológica, religiosa, teológica, etc. A ética é também uma ciência prática, isto é, a reflexão sobre a *práxis* (reflexão a partir de problemas práticos) da prática respeitante à vida humana. A palavra *práxis* significa a reflexão sobre uma situação prática que envolve mudança. Esse tipo de reflexão implica na mudança da realidade. Não é só o pensar sobre a situação, mas como mudar a situação. *Práxis* é o pensamento que objetiva realizar a *poíeses*, isto é, criar e mudar a situação que se levanta diante do ser humano, podendo ser uma situação colocada pela própria natureza, bem como pode ser uma situação colocada pelas relações humanas, ou ainda serem as duas ao mesmo tempo a temporalizar a vida humana.

Por sua vez, o *ethos*, ou *habitat social*, é o conjunto social e cultural colocado diante do ser humano e que o constitui, no qual surgem situações que exigem dele a reflexão e a tomada de decisão. Tudo aquilo que *está aí* disposto e que requer uma posição do ser humano convencionou-se chamar de *Ser*, e tudo aquilo que não se apresenta, mesmo que exista potencialmente, foi convencionado como o *Nada*.³²

O famoso trecho da peça *A tragédia de Hamlet, príncipe da Dinamarca*, de William Shakespeare, *ser ou não ser, eis a questão* (em inglês: *To be or not to be*,

³² ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 36.

that's the question), nos ajuda a entender que a problemática está na ação a ser tomada, qual *decisão* é a melhor.

Ser ou não ser, eis a questão: será mais nobre
 Em nosso espírito sofrer pedras e flechas
 Com que a Fortuna, enfurecida, nos alveja,
 Ou insurgir-nos contra um mar de provocações
 E em luta pôr-lhes fim? Morrer.. dormir: não mais.
 Dizer que rematamos com um sono a angústia
 E as mil pelejas naturais-herança do homem:
 Morrer para dormir... é uma consumação
 Que bem merece e desejamos com fervor.
 Dormir... Talvez sonhar: eis onde surge o obstáculo:
 Pois quando livres do tumulto da existência,
 No repouso da morte o sonho que tenhamos
 Devem fazer-nos hesitar: eis a suspeita
 Que impõe tão longa vida aos nossos infortúnios.
 Quem sofreria os relhos e a irrisão do mundo,
 O agravo do opressor, a afronta do orgulhoso,
 Toda a lancinação do mal-prezado amor,
 A insolência oficial, as dilações da lei,
 Os doestos que dos nulos têm de suportar
 O mérito paciente, quem o sofreria,
 Quando alcançasse a mais perfeita quitação
 Com a ponta de um punhal? Quem levaria fardos,
 Gemendo e suando sob a vida fatigante,
 Se o receio de alguma coisa após a morte,
 –Essa região desconhecida cujas raias
 Jamais viajante algum atravessou de volta –
 Não nos pusesse a voar para outros, não sabidos?
 O pensamento assim nos acovarda, e assim
 É que se cobre a tez normal da decisão
 Com o tom pálido e enfermo da melancolia;
 E desde que nos prendam tais cogitações,
 Empresas de alto escopo e que bem alto planam
 Desviam-se de rumo e cessam até mesmo

De se chamar ação.³³

Roy May fala a ética reside na reflexão a partir três tipos de raciocínio moral, basicamente. São eles: o *consequencialista*, o *não-consequencialista* e o *contextualista*.³⁴ Esses três tipos de raciocínio são formas de pensar a vida humana e qual a importância da reflexão sobre as ações sociais. Roy May diz que essas formas de raciocínio moral podem ser ilustradas pelas seguintes questões: "Qual é o resultado ou a meta a ser alcançada? Qual é a obrigação ou dever a ser cumprido? Que indicação o contexto ou a situação nos dá para se poder assumir uma postura ética?"³⁵ É importante notar que nenhuma delas é melhor do que a outra, ou que elas apareçam sozinhas; as situações da vida, via de regra, são dispostas de maneiras que as três formas podem ser usadas entrelaçadamente para se pensar a situação em questão. Todas essas três formas de raciocínio moral possuem pontos fortes e fracos. Não são maneiras, em si, de pensar a tomada de decisão como intrinsecamente boa ou má. Isso depende da maneira que se toma a decisão. Além disso, nunca podemos saber de antemão se a decisão tomada será a melhor ou não.

1) Consequencialista

O tipo consequencialista é uma forma de pensamento moral que tem na consequência de um ato seu objeto de reflexão. É um pensamento marcado pela teleologia (*telos*: final) isto é, o fim de uma ação ou decisão está em questão. O resultado se baseia na pergunta pelo que é bom. O critério é o que traz a felicidade ou o mal. A decisão traz a felicidade, ou ajuda a trazer, e impede o sofrimento? Independentemente dos meios, se a decisão implicará na felicidade de um maior número de pessoas, então a decisão final tenderá ser a melhor possível. A regra do raciocínio consequencialista está localizada na finalidade, na utilidade e no fim de uma ação, qual a *consequência* que ela trará. Se for a felicidade, o bem ao maior número de pessoas, será então uma decisão boa.

2) Não-consequencialista

³³ SHAKESPEARE, William. *Hamleto*: príncipe da Dinamarca. São Paulo: Melhoramentos, [19--]. p. 43.

³⁴ MAY, 2008, p. 54.

³⁵ MAY, 2008, p. 55.

O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) foi quem melhor definiu esse tipo de raciocínio moral, ele diz o seguinte: "Atue somente de acordo com aquela máxima que pode ser tomada como que deveria ser uma lei universal, ao mesmo tempo que se está agindo". Dito de outro jeito, é a máxima que implica no seguinte raciocínio: "não faça aquilo que não quer seja feito a ti". É a Regra de Ouro. Aqui, o meio é fundamental para se chegar a uma decisão, pois é a forma como se vivencia a regra cotidianamente que permite a tomada de decisão, independentemente dos fins almejados ou do contexto. O que está em jogo é o dever ser. É um tipo de *raciocínio deontológico*, um raciocínio do dever. Kant diz: "Age sempre de tal modo que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na do outro, como fim e não apenas como meio".³⁶ Isso significa que a pessoa humana não pode ser tratada como um objeto, um meio para se atingir um fim, mas ela deve ser tratada sempre como um fim em si mesma. Independentemente do resultado da decisão, guardar o dever em toda e qualquer situação é o que qualifica o modo de ser da pessoa que toma a decisão. Não importam os fins nem o contexto, mas em guardar o dever.

3) Contextualista

O raciocínio contextualista é organizado a partir da situação concreta, do contexto específico. Não se trata do fim almejado e nem do dever, prioritariamente. A questão a ser levada em conta é a contextualidade envolta ao processo decisório. Roy May diz que o contextualismo não é abstrato, "parte de realidades concretas e responde a essas realidades concretas. Insiste em que as realidades concretas, isto é, o próprio contexto, são eticamente significativas".³⁷

No contextualismo não são os meios nem os fins, mas a própria situação que será tomada como critério para a formulação da tomada de decisão. Não significa que a situação concreta se apresente propícia a conceder ao indivíduo um cálculo simples de uma situação que exija um raciocínio fácil, mas pode estar implicada em muitas complexidades. A tomada de decisão pode muito bem levar em conta os três tipos de raciocínio moral. Não há nada que impeça isso. *Tudo dependerá dos valores culturais que estão por trás dos elementos que compõem as*

³⁶ KANT, Immanuel. *Fundamento da metafísica dos costumes*. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, [19--]. p. 24.

³⁷ MAY, 2007, p. 67.

regras morais de uma coletividade. Não importam os fins nem o dever, mas o que condiciona a tomada de decisão é o contexto.

A partir destas formas de raciocínio moral podemos buscar uma relação consequente a respeito da pergunta sobre uma ética cristã. Aqui Bonhoeffer nos ajuda ao perguntar: "Que significa dizer a verdade?" Segundo Bonhoeffer, a verdade destituída da prática do amor se transforma em puro cinismo algo que satânico, uma arma de destruição do mistério da intimidade do *outro*, pois não há, nestes termos, respeito pela alteridade. Não se trata de uma intimidade alheia aos valores de uma necessária veiculação dos temas familiares ao âmbito do espaço público, mas uma intimidade que possui sua valorização a partir da efetivação de uma dinâmica própria a cada família. Para o teólogo, o amor ao próximo - vivido no seio da comunidade - é o valor supremo da *ética cristã*. É desde este lugar que a ética retira seus pressupostos para a reflexão. É a partir do serviço, em amor ao próximo como a Deus, que encontramos o critério último da ética cristã, é a diaconia. Somente nas situações concretas é que podemos refletir e tomar decisões concernentes à situação. Guardar de maneira automática uma noção de lei e regras que podem ser aplicadas sem mais esforços de reflexão é cair na *enfermidade da lei* e no *legalismo* que cultiva a condenação como norma da qual a graça é somente uma palavra que serve à autocondescendência cínica de um julgador que tomou o lugar do Espírito. A ética cristã se pauta na convivência fraterna e comunitária, sob a lógica do amor a Deus (I João 4.8), de cujo espírito são retirados os fundamentos da reflexão a respeito de toda e qualquer tomada de decisão.

Ação

Faze o que quiseres, mas apenas o que é justo.

Não te limites ao possível, mas agarra-te com coragem ao real.

A liberdade encontra-se não nos pensamentos fugidios, mas na ação.

Rompe o círculo de tuas hesitações ansiosas, a fim de enfrentar a tormenta dos acontecimentos, levado pela lei de Deus e pela fé.

A liberdade acolherá teu espírito com júbilo.³⁸

Em sua obra *Discipulado*, Bonhoeffer estabelece aquilo que para ele é definitivo como marco e orientação da ética cristã: a vontade de Jesus Cristo. Em última análise, o que se reveste de importância para nós não é a vontade desta ou daquela figura dos meios eclesiásticos, o que precisamos saber é o que Jesus

³⁸ BONHOEFFER, Dietrich *apud* FILHO, Prócoro Velasques. *Ética para nossos dias*. São Bernardo do Campo: EDITEO, 1977. p. 89.

deseja.³⁹ Existe um desafio e um chamado à responsabilidade, partindo, em primeiro lugar, do compromisso com Jesus e este compromisso gira em torno da busca por uma vida integral para todo ser humano. Os mandamentos de Jesus jamais destruirão a vida, antes a manterão, fortalecerá e a curará. É assim que o discípulo de Cristo deve agir, em favor da reunião entre a humanidade e Deus, com base no exemplo de seu mestre.

No entanto aos pés da cruz encontravam-se todos, inimigos e crentes, cépticos e cobardes, zombadores e convencidos, e todos, com os seus pecados, estavam compreendidos na oração de perdão erguida por Jesus naquela hora.⁴⁰

Bonhoeffer também deixa implícita a questão da responsabilidade citando o exemplo de Lutero.⁴¹ A responsabilidade para com o mundo o levou a abandonar o convento e regressar ao mundo, não porque este, em si, fosse bom e santo, mas sim porque o convento nada mais era senão o mundo.⁴² Cada vez fica mais claro no decorrer de seu pensamento que a marca um discípulo não é uma confissão oral em prol de Jesus e sim a obediência. Toda essa ênfase numa conformação à vontade de Jesus como pré-requisito indispensável a um discipulado responsável surge porque é justamente aí que, segundo Bonhoeffer, nasce o conflito ético. A única solução para esse conflito concentra-se justamente na obediência:

Portanto cada situação merece uma análise própria que se resume em agir e obedecer: Literalmente, não sobra tempo para inquirir quanto à qualificação do meu semelhante. Tenho de agir e tenho de obedecer; tenho de ser o próximo para os outros. Ter que tomar decisões implica em pagar o preço por ser solidário, assumindo assim a responsabilidade pela obediência: quer queira quer não, há de se decidir, há de se tomar uma decisão, e isso sozinho.⁴³

Em *Vida em Comunhão*, Bonhoeffer diz que a Igreja foi incumbida de tomar decisões comunitárias. Como comunidade ela deve ser responsável.⁴⁴ Para ele todos os que fazem parte da Igreja são chamados de responsáveis. Na vida

³⁹ DUMAS, André. *Dietrich Bonhoeffer: uma Igreja para los no religiosos*. In: BOSCH, Jean. Teólogos protestantes contemporâneos. Salamanca: Sigueme, 1968. p. 161.

⁴⁰ BONHOEFFER, Dietrich. *Se não morrer...fica só*. Sintra, [s/ed], 1963. p. 30-31.

⁴¹ BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e Submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

⁴² BONHOEFFER, 1963, p. 25.

⁴³ CÂMARA, U. F. DA SILVA. A Ética da Responsabilidade em Bonhoeffer: o desafio de encarar as demandas éticas do mundo moderno. *Via Teológica da Faculdade Teológica Batista do Paraná*, Curitiba, n.8, p.1-15, dez. 2003. Disponível em: < http://www.nupper.com.br/home2/wp-content/uploads/1-Etica_em_Bonhoeffer1.pdf >. Acesso em: 01 jun. 2015.

⁴⁴ BONHOEFFER, Dietrich. *Vida em comunhão*. São Leopoldo: Sinodal, 1982. p. 19.

comunitária, o relacionamento se torna responsável quando: nenhum deve procurar os seus próprios direitos; se o forte cai, o fraco deve guardar o seu coração de sentir prazer maligno por sua queda; se o fraco cai, o forte deve bondosamente ajudá-lo a levantar-se.⁴⁵

Seu livro sobre a *Ética*, na verdade, não é uma obra terminada, Bonhoeffer não a completou, devido a seu martírio sob o regime nacional-socialista.⁴⁶ É uma compilação de fragmentos preservados nas diversas etapas de sua vida e publicadas postumamente. Fica bem claro que Bonhoeffer sabia exatamente o que dizer da ação responsável como uma proposta ética. Isso é percebido, por exemplo, numa leitura da estrutura inicial de sua *Ética da Responsabilidade* que Bonhoeffer pretendia concluir sob o título “Amor e Responsabilidade”,⁴⁷ na qual foi encontrada em umas anotações a seguinte estrutura:

- Liberdade, representação;
- Conformidade com a realidade;
- Assunção de culpa, imputar a si mesmo, ser indivíduo;
- Liberdade, risco, entrega da ação, a questão do sentido;
- O espaço da responsabilidade: os mandamentos, a profissão concreta, a responsabilidade livre, espontânea e assumida (superação dos respectivos espaços em profundidade e extensão; sou responsável por quê?);
- Contradição e unidade na responsabilidade: amor e responsabilidade, política e o sermão do monte, Cristo, a lei vital da história;
- A forma universal do amor.

Para Bonhoeffer a primeira tarefa de uma ética cristã é mudar a orientação observada na ética, no sentido de ter como objetivo final a opção por refletir sobre a noção de bem e mal. Para ele um dos problemas que envolvem o discernimento ético, e, portanto, seu desenvolvimento, está no fato de que na desunião com Deus, o ser humano torna-se o centro do qual parte essa noção da escolha entre bem e mal. Toda decisão ética é uma situação de conflito. Citando como exemplo a figura

⁴⁵ BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. São Leopoldo: Sinodal, 2001. p. 42.

⁴⁶ BETHGE, Eberhard. *Dietrich Bonhoeffer*: teólogo, cristiano, hombre actual. Bilbao: Editorial Española Desclée de Brouwer, 1970.

⁴⁷ BEDFORD-STROHM, Heinrich. Teologia pública e responsabilidade política. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 54, n.1, p. 84-98, jan. 2014. p. 91.

neotestamentária do fariseu como um tipo deste conflito vivido pela humanidade, diz ele: "cada momento da vida se torna uma situação de conflito em que deve escolher entre o bem e o mal".⁴⁸

Levantando-se contra uma noção de conflito na tomada de decisão, Bonhoeffer apresenta o exemplo de Jesus como o padrão:

A liberdade de Jesus não é a escolha arbitrária de uma entre incontáveis possibilidades; antes consiste justamente na completa simplicidade de sua ação, para a qual nunca existem várias opções, conflitos alternativos, mas sempre uma coisa só.⁴⁹

Bonhoeffer sabe que não é tão simples certas tomadas de decisão responsáveis. Muito menos a facilidade em reconhecer a vontade de Deus diante dos conflitos éticos que se apresentam na cotidianidade. Em sua caminhada ética, o cristão precisa levar em conta pelo menos duas questões éticas importantes, quais sejam, ele precisa abrir mão de todo o seu direito próprio e de toda autojustificação, além de se arrogar o papel de ser o juiz do próximo. É necessário, assim, que a pessoa cristã confie plenamente em Jesus com uma obediência responsável e siga por um caminho de corresponsabilidade com os outros seres humanos: Jesus se importa com aquele que sofre por uma causa justa, mesmo que não seja exatamente a confissão de seu nome; integra-os em sua proteção, em sua responsabilidade e em sua reivindicação.

Tratando da ética como formação, Bonhoeffer faz uma distinção entre o teórico da ética e a própria realidade. Para o teólogo alemão o desinteresse por este tema não está em sua escassez ou esvaziamento, mas em sua rigidez teórica diante de uma imensa matização de situações que envolvem a vida em sociedade. A contemporaneidade não suporta, como no passado, uma ética pautada simplesmente por demandas de ordem teórica, há uma urgência em realizá-las.

Para Bonhoeffer, a tomada de decisão ética está implicada no conhecimento de alguns valores do mundo. Entre estes, como exemplo, o sucesso como parâmetro e justificação de todas as coisas.

Onde a figura de alguém bem-sucedido se evidencia de forma particularmente marcante, a maioria sucumbe à idolatria do sucesso. Ela se

⁴⁸ BONHOEFFER, 1963, p. 23.

⁴⁹ BONHOEFFER, 2001, p. 24.

torna cega para a justiça e injustiça, verdade e mentira, decência e canalhice. Só enxerga a ação, o sucesso. A capacidade de discernimento ético e intelectual se embota diante da glória do bem-sucedido e da vontade de abocanhar alguma parte desse sucesso.⁵⁰

Na reflexão ética de Bonhoeffer, o tema da situação concreta é fundamental e está no centro de sua reflexão. O que essa realidade significa e qual o seu peso pode ser entendido pela postura de abrir mão de argumentos que me fixem no dilema de procurar uma resposta para a base que impele a praticar o bem ou mal. A reflexão ética perde o sentido se tiver como alvo a simplória ideia de fazer do indivíduo um ser bom e que através de sua bondade o mundo também venha a se tornar em um céu na terra. Sua reflexão busca compreender qual seja a vontade de Deus e a partir daí, então, lutar para que a realidade de Deus se manifeste em toda à parte como a realidade última: a origem da ética cristã não é a realidade do próprio eu, nem a realidade do mundo, tampouco a realidade das normas e valores, mas a realidade de Deus na sua revelação em Jesus Cristo. É, em suma, escatologia.

⁵⁰ BONHOEFFER, 2001, p. 25.

2 A ÉTICA EMPRESARIAL: APORTES CONCEITUAIS

A ética empresarial é um conjunto de normas morais que é invocado para chegar a conclusões e tomar decisões que sejam acertadas, desde um ponto de vista humanizado. Em um ambiente de negócios a ética é um fator-chave na tomada de decisões responsáveis. A manutenção de um alto ponto de vista ético em operações de negócios pode trazer benefícios para ambas as partes interessadas tanto as internas quanto as externas.

O conjunto pessoal de princípios éticos é desenvolvido ao longo do desenvolvimento de uma pessoa, e isso ocorre sob influências variadas provenientes de pessoas e dos ambientes pelo qual um indivíduo se insere ao longo de seu desenvolvimento. Alguns pontos de vista éticos são considerados universais e aplicam-se a pessoas de todo o mundo, enquanto outros são de natureza pessoal e só podem ser aplicados a um indivíduo. Os seus pontos de vista éticos continuam a evoluir e a mudar ao longo do tempo. Dessa forma, a interação com pessoas diferentes e com diversificadas situações e ambientes culturais, a noção de ética pode sofrer mudanças.

O caso da ética empresarial está baseado nos benefícios positivos que ela pode fornecer aos negócios. As razões por trás dessa expectativa inclui a manutenção de elevados padrões éticos:

- ✓ Melhoria dos funcionários e da moral organizacional;
- ✓ Maior capacidade de atrair novos clientes;
- ✓ Melhoria da fidelidade do cliente;
- ✓ Redução do risco da exposição negativa e da reação pública causada por uma ética muito limitada;
- ✓ Atração de novos *stakeholders*;
- ✓ Operando um impacto positivo na comunidade.⁵¹

A ética empresarial é importante para a gestão de um negócio sustentável, principalmente por causa das graves consequências que podem resultar de decisões tomadas que sejam impermeáveis aos valores morais de um determinado ecossistema. Mesmo que uma boa ética empresarial não contribua para os

⁵¹ ANDERSON, Bjørn. *Bringing Business Ethics to Life: achieving corporate social responsibility*. Milwaukee: ASQ Quality Press; Retrieved, 2004. p. 65.

melhoramento da maximização do lucro, é importante ser capaz de reconhecer que a uma ética limitada pode ter um efeito negativo sobre a linha de crédito, a longo prazo. Padrões éticos limitados podem permitir a atuação de executivos em equivocadas tomadas de decisão. Os efeitos futuros destas ações podem ser significativos e de grande alcance, particularmente se eles causarem danos ao ecossistema ou gerarem perdas financeiras para outras pessoas ou empresas. Uma ética limitada está na base de muitos processos judiciais nos quais pessoas buscam compensação pelas perdas que sofreram como resultado direto ou indireto das decisões equivocadas dos executivos que não seguiram padrões éticos fundamentais.

Em um empreendimento sustentável, os funcionários de todos os níveis devem estar comprometidos com os padrões éticos da empresa. Como um executivo, é importante ser capaz de definir claramente e comunicar aos funcionários quais os fatores e os padrões éticos que se esperam deles quando de sua adesão e quais são as consequências pelo não cumprimento dessas expectativas.

Nesse sentido, buscaremos explicitar no presente capítulo a relação entre a ética empresarial e a responsabilidade social, considerando a relevância conceitual dos stakeholders para um empreendimento econômico.

2.1 A ética empresarial

A ética empresarial pode ser entendida como o valor da organização que assegura sua sobrevivência, sua reputação e, conseqüentemente, seus bons resultados.⁵² Normas éticas dos negócios refletem as normas de cada período histórico. Conforme o tempo passa, as normas evoluem e muitos comportamentos aceitos tornam-se questionáveis. A ética nos negócios e o comportamento daí resultante evoluiu muito. A ideia de negócio esteve muito vinculada com a escravidão, com colonialismo e com a Guerra Fria.⁵³ De acordo com Moreira, a ética empresarial é “o comportamento da empresa - entidade lucrativa - quando ela age

⁵² MOREIRA, Joaquim Magalhães. *A ética empresarial no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1999. p. 28.

⁵³ GIANNETTI, Eduardo. *Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na Riqueza das Nações*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

de conformidade com os princípios morais e as regras do bem proceder aceitas pela coletividade (regras éticas)".

O termo "ética empresarial" entrou em uso comum na década de 1970. A ideia surgiu com mais força nos Estados Unidos. Em meados da década de 1980, existiam pelo menos 500 cursos de ética empresarial e um rol de 40.000 estudantes. Aliado a isso, já podiam ser encontrados cerca de vinte livros e pelo menos dez *casebooks* organizados por sociedades profissionais, centros e revistas especializadas. Nessa época surgiu também a Sociedade de Ética Empresarial. Escolas de negócios da Europa adotaram a ética empresarial depois de 1987, quando do início da Rede Europeia de Ética Empresarial.⁵⁴

Foi no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 que as empresas começaram a destacar sua estatura ética, provavelmente tentando distanciar-se dos escândalos de negócios da época, tais como a crise da poupança e do empréstimo.⁵⁵ A ideia de ética nos negócios chamou a atenção de acadêmicos, imprensa e empresas de negócios já ao final da Guerra Fria. No entanto, uma crítica legítima às práticas comerciais foi elaborada, porém, ela acabou sendo tachada de atacar a "liberdade" dos empresários e muitas críticas foram feitas à imprensa que buscava se posicionar mais criticamente, acusavam-na de dar apoio às ideias comunistas. A perspectiva dos grupos neoliberais em vincular democracia à liberdade dos empresários se mostrou muito eficaz. O discurso da ética empresarial ainda necessita ganhar mais fundamentação em contextos como o Brasil, que não possui uma larga tradição em empreendedorismo. O perigo de legitimação do modelo de liberdade dos empresários em detrimento da liberdade de regateio dos trabalhadores é uma realidade, porém, é justamente aí que um programa de ética empresarial poderia auxiliar.

Os processos de ampla globalização da economia e a divulgação de novas tecnologias de comunicação e informação contribuem grandemente para a dissolução de antigos limites entre as economias dos países, entre as sociedades e

⁵⁴ PINNINGTON, A. H.; MACKLIN, R.; CAMPBELL, T. *Human Resource Management: Ethics and Employment*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 21.

⁵⁵ DE GEORGE, Richard T. A History of Business Ethics. In: SANTA CLARA UNIVERSITY: Markkula Center for ethics applied. Disponível em: <<http://www.scu.edu/ethics/practicing/focusareas/business/conference/presentations/business-ethics-history.html>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

organizações.⁵⁶ Das organizações, entendidas como constelações de interesses cooperativos e competitivos as quais possuem valores intrínsecos, e formada pelos *stakeholders*, são requeridas novas posturas morais na forma de conduzirem seus negócios.⁵⁷ Para mediar o conflito de interesses, entre seus públicos e guiar comportamentos, a adoção de códigos de ética pelas organizações tem se tornado uma prática comum, bem como uma exigência.⁵⁸ Contudo tais códigos precisam do suporte de um programa que fundamente uma ética voltada para uma forma determinada de comportamento como: orientação, instrumentos de gestão, forma de implementação, etc. Esses programas influenciam no comportamento ético dos *stakeholders* internos na tomada de decisão ética nas atividades das organizações.⁵⁹ No Brasil, a adoção de códigos de ética é um fenômeno recente e deduz-se que foram introduzidos pelas organizações multinacionais americanas, como extensão das práticas de suas matrizes.⁶⁰ Parece também que há certa ambiguidade entre o que é expresso pelas organizações e o que de fato acontece em sua conduta. No setor de planos privados de assistência médica, por exemplo, a regulamentação do governo deveria definir responsabilidades, diminuindo as queixas, no entanto, já há algum tempo este setor vem obtendo números crescentes de reclamações junto ao Procon,⁶¹ permanecendo como uma área de conflitos. Além de certo *lobby* político que vem ocorrendo.⁶² Muitas empresas já estão adotando e implantando códigos de ética. Diante deste paradoxo, surgem questões do tipo: será a tomada de decisão ética, nos diversos níveis das organizações, pautada pelos

⁵⁶ DAIGNEAULT, M. G.; GUTHRIE, J.; NAVRAN, F. *Managing Ethics Upwards: ethics resource* Center. Washington, 2001. Disponível em: <<http://www.ethics.org>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁵⁷ CARROLL, A. B. *Business & Society: ethics and stakeholders management*. 3. ed. Cincinnati: ITP, 1996.

⁵⁸ DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The Stakeholders: theory of corporation. *Academy of Management Review*, New York, v. 20, n. 1, p. 65 - 91, jan. 1995. Disponível em: <https://noppa.aalto.fi/noppa/kurssi/51a00210/materiaali/51A00210_donaldson___preston___the_stakeholder_theory_of_the_corporation.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁵⁹ TREVIÑO, Linda Klebe; BROWN, Michael. Managing to be ethical: debunking five business ethics myths. *Academy of Management Executive*, v. 18, n. 2, 2004. Disponível em: <http://homepages.se.edu/cvonbergen/files/2013/01/Managing-to-be-Ethical_Debunking-Five-Business-Ethics-Myths.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁶⁰ INSTITUTO ETHOS. *Formulação e Implantação de Códigos de Ética em Empresas*. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2000. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁶¹ Planos de saúde estão entre as principais reclamações no Procon. *G1: Globo.com*, 20 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2013/09/planos-de-saude-estao-entre-principais-reclamacoes-no-procon.html>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁶² SCHEFFER, Mário; BAHIA, Lígia. O financiamento de campanhas pelos planos e seguros de saúde nas eleições de 2010. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 96-103, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n96/11.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

valores éticos expressos nos códigos de ética? Os valores éticos expressos orientam a realidade prática, gerando decisões éticas?⁶³

A ética empresarial deveria ser guiada por princípios morais que norteiem a forma como uma empresa se comporta. Os mesmos princípios que determinam as ações de um indivíduo também se aplicam à organização. Essa é uma ideia presente em grande parte da teoria contemporânea.⁶⁴ Atuando de maneira ética, a organização desenvolve a distinção entre o certo e errado e, em seguida, pode realizar a escolha mais acertada, em termos de uma reflexão rigorosamente dentro de padrões éticos. É relativamente fácil identificar práticas de negócios antiéticas. Por exemplo, as empresas não devem usar trabalho infantil ou análogo ao trabalho escravo. Elas não devem usar ilegalmente materiais e processos protegidos por direitos autorais. Elas não devem se envolver em suborno.⁶⁵

No entanto, nem sempre é fácil criar definições duras e rápidas similares de *boa prática*⁶⁶ ética. A empresa deve dar um retorno competitivo para seus acionistas e tratar seus funcionários de forma justa. A empresa também tem responsabilidades mais amplas. Deve minimizar qualquer dano ao meio ambiente e trabalhar de

⁶³ CIULLA, Joanne B. Why is Business Talking about Ethics? Reflections on Foreign Conversations. *California Management Review*, CA, v. 34, n. 1, p. 67-86, 1991.

⁶⁴ RHODES, Carl; PULLEN, Alison. Organizationl Moral Repsonsability. In: CLEGG, Stewart R.; COOPER, Gary L. (Orgs.). *The SAGE handbook of Organizational Behavior*. London: SAGE Publication, 2009. v.2, p. 344-345. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Qb5C7mj-rjEC&pg=PA339&lpg=PA339&dq=PINNINGTON,+A.+H.;+MACKLIN,+R.;+CAMPBELL,+T.+Human+Resource+Management:+Ethics+and+Employment.+Oxford:+Oxford+University+Press,+2007.&source=bl&ots=acToU9a20G&sig=SLp0kFu3nE5nj_iQ6sUNF8I3ICY&hl=pt-BR&sa=X&ei=Zz13VcHPKeySsQT1oaKwAw&ved=0CCQQ6AEwAQ#v=onepage&q=PINNINGTON%2C%20A.%20H.%3B%20MACKLIN%2C%20R.%3B%20CAMPBELL%2C%20T.%20Human%20Resource%20Management%3A%20Ethics%20and%20Employment.%20Oxford%3A%20Oxford%20University%20Press%2C%202007.&f=false>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁶⁵ FALCO, Gláucia de Paula; ALVIM ASSIS, Frederico Azevedo; MUNCK, Joyce Gonçalves Altaf. Formação de cartéis e impactos econômicos. *Vianna Sapiens*, Juíz de Fora, v. 1, n. 2, out. 2010. Disponível em: <http://www.viannajunior.edu.br/files/uploads/20131001_110607.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁶⁶ O termo “boas práticas” traduz a ideia de uma prática bem sucedida. Ela delinea um cenário de práticas centradas em duas noções importantes: a qualidade e o benchmarking (sustentado na avaliação de práticas reconhecidas como representantes das melhores práticas e na sua divulgação, ou ainda um processo mediante o qual os participantes aprendem sobre práticas de sucesso de outras organizações e partem desses casos para desenvolverem soluções que melhor se adaptem às suas próprias organizações. FLORES, Paula Quadros; ESCOLA, Joaquim; PERES, Américo. A Concepção de boas práticas segundo os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico. 8º CONGRESSO LUSOCOM. Disponível em: <<http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/436/434>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

maneira que não prejudique as comunidades em que está organizada. Estas são noções bem conhecidas da responsabilidade social corporativa.⁶⁷

A ética empresarial reflete, nesse sentido, a filosofia do negócio empresarial, segundo a qual se busca determinar os efeitos fundamentais de uma empresa em uma determinada situação. Se o propósito da empresa é maximizar o retorno aos acionistas, então sacrificar lucros para outras preocupações pode se tornar uma violação da sua responsabilidade fiduciária. Entidades empresariais são legalmente consideradas como pessoas em muitos países. Existem personalidades jurídicas legalmente autorizadas e submetidas a obrigações devidas aos cidadãos como sujeitos de direito.

São as regras ou normas que regem as nossas decisões em uma base diária que necessitam de reflexão. Muitos comparam a ética com a consciência ou em um sentido simplista a partir do esquema *certo e errado*. Outros diriam que a ética é um código interno que rege a conduta de um indivíduo, enraizada em cada pessoa por meio dos valores da família, da religião, da tradição, da comunidade e das leis. Corporações e organizações profissionais, em especial setores bem organizados como dos médicos, administradores, contadores, advogados, etc, geralmente são regidos por um estatuto de ética cuja regência busca ordenar as condutas dos profissionais do campo de atuação. É importante notar que a lei e a ética não são sinônimas, nem são regras imutáveis. Estatutos e regulamentos aprovados por órgãos legislativos e conselhos de administração, estabelecida a lei, estão em constante processo de desenvolvimento. A escravidão já foi legal no Brasil, mas certamente poucos diriam que submeter à força seres humanos a processos de opressão tenha sido um ato ético.

O economista Milton Friedman escreve que a responsabilidade dos executivos deveria, em geral, estar direcionada para ganhar tanto dinheiro quanto possível, em conformidade com as regras básicas da sociedade, tanto as consagradas na lei quanto as consagradas no costume ético. Friedman também diz que as únicas entidades que podem ter responsabilidades são os indivíduos. Uma empresa não pode ter responsabilidades sociais. Portanto, a pergunta que se coloca é a seguinte: é possível que executivos de empresas, desde que queiram ficar

⁶⁷ ASHLEY, Patricia Almeida. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2005.

dentro da lei, tenham responsabilidades para além de suas atividades de busca da maximização de lucros para seus acionistas? Friedman responde da seguinte maneira a esta questão:

Há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases de nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Trata-se de uma doutrina fundamentalmente subversiva. Se homens de negócios têm outra responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro para seus acionistas, como poderão eles saber qual seria ela? Podem os indivíduos decidir o que constitui o interesse social?⁶⁸

Para o autor, como podemos perceber, a responsabilidade social se constitui como algo que pode ser realizado pelos indivíduos de acordo com suas vontades, mas não como algo que a empresa como um todo devesse fazer. A empresa precisa apenas cumprir e agir de acordo com o interesse de seus acionistas. A resposta de Friedman para a pergunta quanto aos objetivos para além da maximização de lucros, por parte de executivos, é negativa. Ronald Duska compreende o argumento de Friedman como *consequencialista* ao invés de pragmático, o que implica que a liberdade corporativa desenfreada beneficiaria mais a longo prazo.⁶⁹ Da mesma forma, Peter Drucker observou que não há nem uma ética distinta dos negócios, nem há uma necessidade, por assim dizer, o que está implicado é que os padrões de ética pessoal abrangem todas as situações dos negócios.⁷⁰ No entanto, Drucker observou que a responsabilidade social de executivos de empresas precisa, antes de qualquer coisa, *primum non nocere*.⁷¹ Outro ponto de vista do negócio é que ele deve apresentar responsabilidade social corporativa. Um termo genérico que indica que um negócio ético precisa ser responsável com a comunidade em que atua, mesmo ao custo dos lucros ou outras metas. Em países nos quais a propriedade privada é uma característica fundamental da sociedade, há seguridade dos títulos de propriedade, processo formal e os sujeitos estão sob tributação, indicando certo

⁶⁸ FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril, 1984. (Os economistas), p. 34.

⁶⁹ DUSKA, Ronald F. Why Business Ethics Needs Rhetoric: an aristotelian perspective. *Business Ethics Quarterly*, v. 24, n. 1, Jan, 2014. Disponível em:

<http://www.pdcnet.org/pdc/bvdb.nsf/purchase?openform&fp=beq&id=beq_2014_0024_0001_0119_0134>. Acesso em: 08 jun. 2015.

⁷⁰ DRUCKER, Peter F. *Converting Social Problems into Business Opportunities: The New Meaning of Corporate Social Responsibility*. Berkeley: California Management Review, 1984. p. 41.

⁷¹ Termo latino que significa: "Primeiro, não prejudicar". Procede da medicina antiga que se refere ao fato de se tomar todos os cuidados para evitar riscos desnecessários à saúde do paciente. LIMA NETO, Jorge Nogueira de. *Expressões e termos latinos para juristas*. Rio de Janeiro: WMF Martins Fontes, 2003. p. 46.

nível de confiança nas instituições públicas e privadas.⁷² Isto pode ser interpretado como uma forma de aceite por meio da confiança de que responsabilidades éticas por parte dos grupos sociais esteja implícito em qualquer forma de negociação empresarial.⁷³ Duska argumenta que as partes interessadas têm o direito de esperar que um negócio seja ético; se uma organização não tem obrigações éticas, outras instituições poderiam fazer a mesma reivindicação, o que seria contraproducente para a corporação.

As questões éticas incluem os direitos e deveres entre a empresa e seus funcionários, fornecedores, clientes e vizinhos, a sua responsabilidade fiduciária ante seus acionistas. Questões concernentes às relações entre diferentes empresas incluem *take-overs* hostis e a espionagem industrial. Questões relacionadas à governança corporativa incluem: o empreendedorismo social corporativo; as contribuições políticas; as questões legais, como o debate ético sobre a introdução na legislação de um crime de homicídio culposo corporativo. De acordo com IBE/Ipsos MORI, pesquisa publicada no final de 2012, as três principais áreas de preocupação pública sobre a ética empresarial na Grã-Bretanha eram os salários dos executivos, a evasão fiscal corporativa e suborno e outras formas de corrupção.⁷⁴ Padrões éticos de toda uma organização podem ser seriamente prejudicados se um executivo irresponsável estiver no comando.

A empresa deve também seguir os códigos de práticas pertinentes que estejam envolvidos em seu setor. Muitas empresas criam códigos de conduta voluntária para regular as práticas em seu setor industrial. Estes códigos são, muitas vezes, elaborados em consulta com os governos, com os empregados, com as comunidades locais e com outras partes interessadas.⁷⁵

⁷² ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS (AMB). Barômetro de Confiança nas Instituições Brasileiras. 2008. Disponível em:

<<http://www.amb.com.br/portal/docs/pesquisa/barometro.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁷³ DAMIÃO, Abraão Pustrelo. Confiança e Segurança Ontológica na Sociedade de Risco. *Revista LEVS*, UNESP-Marília, n. 7, jun., 2011. Disponível em:

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/1676/1424>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

⁷⁴ Attitudes of the British Public to Business Ethics. *Business Ethics Briefing*, n. 28, nov., 2012.

Disponível em: <http://www.ibe.org.uk/userfiles/attitudes_to_be2012.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁷⁵ McCABE, D.L., TREVIÑO, L.K. & BUTTERFIELD, K.D. The Influence of Collegiate and Corporate Codes of Conduct on Ethics-Related Behavior in Workplace. *Business Ethics Quarterly*. v. 6, n. 4, p. 461-476, 1996. Disponível em:

Há empresas que organizam códigos e estabelecem princípios e práticas para assegurar o que uma determinada empresa precisa fazer para garantir a segurança dos seus funcionários e as operações em países voláteis não terem impacto adverso sobre a população local. Assim, os princípios fornecem orientações sobre como ambas as forças de segurança pública e privada designadas para proteger, por exemplo, uma operação de mineração ou uma instalação de petróleo e gás deve ser controlada, treinada em direitos humanos, monitorados e controlados desde perspectivas éticas.⁷⁶

Todas as empresas precisam ter lucro. Essa é a máxima da sociedade de fábrica. No entanto, reconhecer que este objetivo possa ter em conta a ética como uma responsabilidade corporativa, apesar de fornecer fortes retornos para os acionistas, continua sendo um objetivo possível de ser alcançado sem que tal seja logrado à custa de considerações sociais, ambientais e morais. De fato, um negócio a longo prazo só irá prosperar caso ele também leve em conta as necessidades de outras partes interessadas, tais como governos, empregados, fornecedores, comunidades e clientes.

2.2 Stakeholders: um novo modelo

A teoria dos stakeholders consiste nas relações entre uma organização e os outros atores sociais em seu ambiente interno e externo. Ela também analisa a forma como essas conexões influenciam o jeito como uma empresa conduz suas atividades. Pense em um stakeholder como uma pessoa ou um grupo que possa afetar ou ser afetado por uma organização. Os stakeholders podem vir de dentro ou fora da empresa. Exemplos incluem os clientes, os funcionários, os acionistas, os fornecedores, os grupos sem fins lucrativos, o governo e a comunidade local, entre tantos outros. Podemos dizer que a teoria dos stakeholders perpassa um empreendimento:

- a) fazendo um compromisso para monitorar interesses das partes interessadas;

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000124&pid=S1415-6555200500030000600220&lng=pt>. Acesso em: 07 jun. 2015.

⁷⁶ WEAVER, G. R., TREVIÑO, L. K; COCHRAN, P. Integrated and Decoupled Corporate Social Performance: Management Commitments, External Pressures and Corporate Ethics Practices. *Academy of Management Journal*, v. 42, n. 5, p. 539-560, 1999.

- b) desenvolvimento de estratégias para lidar eficazmente com as partes interessadas e as suas preocupações;
- c) dividindo e categorizando interesses a segmentos empresariais;
- d) assegurando que as funções organizacionais abordem as necessidades dos stakeholders.⁷⁷

Uma das contribuições mais importantes para a teoria dos stakeholders é a de R. Edward Freeman. A ideia central dessa perspectiva é que as organizações que gerenciam suas relações com os stakeholders é que efetivamente irão sobreviver por mais tempo e melhores do que as organizações que não a executam. Freeman sugere que as organizações devam desenvolver determinadas competências dos stakeholders.

A teoria dos stakeholders está intimamente relacionada com a noção de responsabilidade social. O termo *responsabilidade social corporativa* entrou em uso ainda na década de 1960 e início dos anos de 1970, depois que muitas multinacionais passaram a usar o termo stakeholder, ou seja, aqueles sobre quem as atividades de uma organização produz impacto, seja econômico, ecológico, social, político, etc. Ele foi usado para descrever os grupos envoltos às empresas para além dos acionistas. Os teóricos que defendem essa teoria argumentam que as corporações realizam suas atividades e conseqüentemente obtêm seus lucros a longo prazo, operando com uma perspectiva mais integrada ao ecossistema, enquanto seus críticos argumentam que a teoria dos stakeholders confunde o real papel econômico das empresas, isto é, seu objetivo como sendo exclusivamente a maximização dos lucros.⁷⁸ Outros argumentam que essa teoria é meramente uma fachada, ou uma tentativa de dar aos governos o poder de se colocarem como supervisores poderosos das corporações multinacionais. É importante notar que a:

[...] responsabilidade social realmente existir é necessário, antes de tudo, que as técnicas e filosofias da empresa sejam repensadas para que o fim social não seja massacrado pelo desejo de lucro. Ou seja, a empresa precisa, de forma gradual, internalizar para todos os seus níveis e em sua formulação estratégica os preceitos da responsabilidade social, como o agir

⁷⁷ FREEMAN, R. Edward. *Strategic Management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.

⁷⁸ TREVIÑO, L. K., HARTMAN, L. P. & BROWN, M. Moral Person and Moral Manager: How Executives Develop a Reputation for Ethical Leadership. *California Management Review*, v. 42, n. 4, p. 128-142, 2000. Disponível em: <http://homepages.se.edu/cvonbergen/files/2013/01/Managing-to-be-Ethical_Debunking-Five-Business-Ethics-Myths.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

de acordo com os princípios morais, com ética e de forma transparente, por exemplo.⁷⁹

Um processo importante é o envolvimento dos stakeholders na vida das empresas. Isso permite compreender melhor as perspectivas e prioridades de grupos externos que são afetados por suas atividades ao incluí-los em seus processos de tomada de decisão. O envolvimento dos stakeholders na vida cotidiana das empresas ajuda os gestores a medirem os impactos das atividades sobre as empresas e sobre as comunidades.

Às vezes, as comunidades precisam ser reassentadas e cabe ao governo sancionar isso, buscando o acesso de minerais importantes. Isso pode causar controvérsia e divisões nas comunidades em questão. As melhores práticas internacionais estabelecem uma série de etapas-chave nestes processos, incluindo a necessidade de consulta estruturada, uma compensação justa e a importância de restaurar e melhorar os meios de subsistência das pessoas em seus novos locais.

O estudo das políticas e práticas comerciais adequadas sobre questões potencialmente controversas, como governança corporativa, uso de informações privilegiadas, suborno, discriminação, responsabilidade social corporativa e responsabilidades fiduciárias, permite uma melhor adequação da empresa a seu ecossistema. A ética empresarial é, muitas vezes, guiada pela lei, enquanto outras vezes fornece uma estrutura básica para que as empresas possam optar por seguir a fim de obter a aceitação pública.

A ética empresarial é implementada a fim de garantir que um determinado nível desejado de confiança exista entre os consumidores e os vários stakeholders com as empresas. Por exemplo, um gerente de portfólio deve dispensar a mesma consideração para os investimentos dos membros da família e os pequenos investidores individuais. Tais práticas asseguram que o público seja tratado de forma justa. A Figura 1 ilustra como necessitam estar integradas os vários setores sociais

⁷⁹ DURÃO, Juliana Velloso. *Perfil e Panorama Atual da Responsabilidade Social Empresarial: uma análise da indústria paulista*. Monografia. 77 f. (Bacharelado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/perfil_e_panorama_atual_da_responsabilidade_social_empresa_l.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

Figura 1 – Integração entre os stakeholders



Fonte: Business Case Studies⁸⁰

Fazer referências a ética empresarial ou a ética dos negócios implica estudar e tornar inteligível a moral vigente nas empresas capitalistas contemporâneas.⁸¹ É perceptível que uma ética apoiada simplesmente em convicções íntimas não seja adequada para os tomadores de decisão, nem para os governos, nem para as grandes corporações. É mais apropriada para funcionários executores de ordens com reduzidos espaços para questionamentos. A decisão de estadistas, chefes políticos, empresários ou quaisquer homens ou mulheres de ação, ao contrário, deve estar apoiada em uma ética que vá além das convicções íntimas, a *ética da responsabilidade*, que não concede espaço para delegação de poderes. Assim, justifica-se a defesa de que a ética empresarial predominante é a da responsabilidade. Isto porque, cada vez mais se configuram cenários que obrigam empresas, instituições e pessoas a optarem por decisões éticas não por

⁸⁰ BUSINESS CASE STUDIES. Business ethics and corporate social responsibility: an Anglo American case study. 2015. Disponível em: <<http://businesscasestudies.co.uk/anglo-american/business-ethics-and-corporate-social-responsibility/what-are-business-ethics.html#axzz3cgW6akBq>>. Acesso em 01 jun. 2015.

⁸¹ PONCHIROLLI, Osmar; SOUZA LIMA, José Edmilson de. Ética Empresarial. *Capital humano*. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/cap_humano/5.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

bom-mocismo, mas, primeiro, por estratégias de sobrevivência e, depois, pela necessidade imperativa de expansão dos negócios.

As éticas empresariais constituem-se a partir de deliberações, em função de análises das circunstâncias, dos propósitos, da raiz, dos resultados previsíveis, dos prognósticos e dos fatores condicionantes (Figura 2). Elas têm como fundamentos níveis elevados de incertezas, flexibilizações e análises de risco.⁸²

Figura 2 - O ambiente de negócios e os fatores condicionantes na gestão



Fonte: Business Case Studies⁸³

2.3 A Responsabilidade Social

A *responsabilidade social* das empresas lida com ações que afetam uma variedade de pessoas no ambiente de uma empresa. Uma empresa socialmente responsável demonstra preocupação com suas partes interessadas, seus stakeholders. Qualquer pessoa, como proprietários, funcionários, clientes e as comunidades, que tenha interesse no empreendimento precisa estar envolvida nos processos de tomada de decisão. Por isso, um dos objetivos de qualquer pessoa envolvida nos negócios deve ser encorajar o comportamento ético no ambiente organizacional. Como sabemos quando uma organização está se comportando de

⁸² SROUR, Robert Henry. *Ética Empresarial*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 45.

⁸³ BUSINESS CASE STUDIES. 2015.

forma ética? A maioria das listas de atividades organizacionais éticas incluem os seguintes critérios:

- ✓ tratar os empregados, clientes, investidores e o público de forma justa;
- ✓ fazendo da justiça uma prioridade;
- ✓ considerando cada membro pessoalmente responsável pelos seus atos;
- ✓ comunicando valores e princípios fundamentais a todos os membros;
- ✓ integridade exigente e gratificante de todos os membros em todas as situações.

Se alguém trabalha para uma empresa ou para uma organização sem fins lucrativos, provavelmente há um sentido em saber se o empregador é ético ou antiético. Funcionários de empresas que praticam consistentemente a ética empresarial, listados pela revista dos 100 Melhores Cidadãos Corporativos,⁸⁴ consideram os itens da lista acima como fundamentais ao local de trabalho. As empresas que rotineiramente ganham prêmios de boa cidadania incluem Procter & Gamble, Intel, Avon Products, Herman Miller, Timberland, a Cisco Systems, a Southwest Airlines, AT & T, Starbucks Coffee, Merck, e Medtronic.⁸⁵ Curiosamente, seus funcionários não só veem as suas próprias empresas como éticas, mas também tendem a gostar de trabalhar para elas.

Uma das perguntas mais frequentes nestes locais e, provavelmente, para todos aqueles indivíduos e organizações que lidam com questões relativas a este tema é, obviamente, o que significa a *responsabilidade social corporativa*. É um pretexto para uma agenda anticorporativa? Algo que, como o pecado original, nunca deixaria escape? Ou o quê? Diferentes organizações têm elaborado definições diferentes, embora haja considerável terreno comum entre elas. A própria definição versa sobre como as empresas gerenciam processos de negócios para produzir um impacto global positivo na sociedade. Empresas precisam responder a dois aspectos de suas operações: 1) a qualidade de sua gestão, tanto em termos de pessoas e

⁸⁴ FIGUEIREDO, Kleber Fossati; SILVA ARAÚJO, Claudia Affonso. SERASA: como motivar um time vencedor? *REAd*, ed. 65, v. 16, n. 1, jan-abr., 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Helio/Downloads/38965-155046-1-PB.pdf>. Acesso em: 08 jun.

⁸⁵ BAKOÖLU, Refika. *Mission statements of socially responsible firms: a content analysis*. Disponível em: <<http://isma.info/uploads/files/066-mission-statements-of-socially-responsible-firms-a-content-analysis.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

processos; e 2) a natureza e quantidade do seu impacto na sociedade nos diversos domínios.

A teoria dos stakeholders está tomando interesse crescente nas atividades das empresas. A maioria olha para o círculo exterior, o que a empresa realmente faz, de bom ou de mau, em termos de seus produtos e serviços, em termos de seu impacto sobre o meio ambiente e sobre as comunidades locais, ou para a forma como se trata e desenvolve a sua força de trabalho. Fora das diversas partes interessadas, são os analistas financeiros que estão predominantemente focados, bem como o desempenho financeiro realizado, na qualidade da gestão como um indicador de desempenho num futuro provável. A teoria busca indicar que uma empresa socialmente responsável necessita compreender a sua característica, por vezes, alienígena ao contexto e, dessa maneira, inteirar-se como mais uma peça do ecossistema que permita a sustentabilidade do empreendimento.

Responsabilidade Social Corporativa é assim o compromisso contínuo por parte das empresas de se comportarem de maneira ética e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias, bem como para o bem da comunidade local e da sociedade em geral. Ela tem como meta respeitar as diferenças culturais e encontrar as oportunidades de negócios na construção das competências dos funcionários, interagir com a comunidade e com os governos através de parcerias.

Tradicionalmente, nos Estados Unidos, a *responsabilidade social corporativa* foi definida muito mais em termos de um modelo filantrópico.⁸⁶ Empresas têm lucro, sem impedimentos, exceto por cumprir seu dever de pagar impostos. Em seguida, elas doam uma certa parte dos lucros para causas beneficentes e humanitárias. Essa perspectiva é vista como uma forma de macular a ação da empresa responsabilidade social.

O modelo europeu é muito mais focado sobre a operação do negócio principal de uma forma socialmente responsável, complementado por investimentos nas comunidades. Fala-se, assim, em um modelo sustentável que objetiva auxiliar

⁸⁶ SANTOS, Elenice Roginski. Responsabilidade Social ou Filantropia? Doações e outros gestos de caridade não vinculados à estratégia empresarial não caracterizam a responsabilidade social corporativa. *Revista FAE BUSINESS*, n. 9, set., p. 32-34, 2004. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n9/10_rs_filantropia.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

organizações que saibam aprender a gerar do ecossistema o necessário poder organizativo que permita não mais depender de doações a fundo perdido.⁸⁷

A responsabilidade social se torna parte integrante do processo de criação de riqueza, e que, se gerida de forma adequada, deverá aumentar a competitividade dos negócios e maximizar o valor da criação de riqueza para a sociedade.

Quando as coisas ficam difíceis, há o incentivo para a prática da responsabilidade social, se é um exercício filantrópico que é periférico ao negócio principal, ele sempre vai ser a primeira coisa a ir em tempos de crise.

Mas, como em qualquer processo com base nas atividades coletivas de comunidades de seres humanos (como as empresas são) não há *one size fits all*. Em diferentes países, haverá diferentes prioridades e valores que irão se moldar com o empreendimento. E mesmo as observações acima estão mudando ao longo do tempo. Por exemplo, a definição de responsabilidade social usada por *Business for Social Responsibility* é a de operar um negócio de uma forma que atenda ou exceda as expectativas éticas, legais, comerciais e públicas que a sociedade tem do empreendimento.⁸⁸ Por outro lado, a *European Commission* aposta duas definições embrulhadas em uma: um conceito segundo o qual as empresas decidem voluntariamente contribuir para uma sociedade melhor e para um meio-ambiente mais limpo e agradável.⁸⁹ Um conceito segundo o qual as empresas integram preocupações sociais e ambientais nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas numa base voluntária.

O que faz de uma empresa para que ela seja considerada ética?

A seguir, elencaremos questões fundamentais sobre como uma empresa socialmente responsável deve se relacionar com seus diferentes públicos.

➤ COMUNIDADE

- recrutar funcionários em comunidades carentes;

⁸⁷ GARCIA, Joana; LANDIM, Leilah; DAHMER, Tatiana. *Sociedade e Políticas: novos debates entre ONGs e universidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

⁸⁸ CSR PROFILE OF BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY. Disponível em: <<http://www.csrwire.com/members/12209-business-for-social-responsibility>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

⁸⁹ DAHLSTRUD, Alexander. How Corporate Social Responsibility is Defined: an Analysis of 37 Definitions. Corporate Social Responsibility and Environmental Management. *Wiley: InterScience*, 2006. Disponível em: <http://www.mcxindia.com/csr/newsarticle/pdf/csr_news45.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

- estimular o trabalho voluntário;
- apoiar ações sociais;
- usar serviços de organizações comunitárias.
- FUNCIONÁRIOS
 - contratar pessoas com experiências e perspectivas diferentes;
 - criar programa de participação nos lucros e resultados;
 - evitar demissões;
 - ser flexível e ofereça ajuda para a solução de problemas;
 - ajudar a pôr os filhos de funcionários na escola;
- MEIO AMBIENTE
 - fazer uma auditoria verde;
 - criar um código de reciclagem;
 - usar iluminação inteligente e instale acessórios para economia de água;
 - promover o uso de transporte alternativo;
- CONSUMIDORES
 - respeitar a privacidade dos clientes;
 - utilizar anúncios que transmitam modelos positivos e hábitos saudáveis;
 - disponibilizar o maior número de informações possíveis para o consumidor;
- FORNECEDORES
 - evitar negociar com empresas que não são éticas;
 - estimular seus parceiros a contribuírem com causas sociais.

Todas essas situações são contempladas nas empresas que adotam a responsabilidade social e praticam a ética empresarial. Não se constitui em uma realidade tão ampla como poderia ser, pois a construção de um pensamento ético leva tempo e é necessário que a percepção de que a sustentabilidade passa pelas relações de cuidado a longo prazo. Também as empresas estabelecidas por este viés apresentam maior vigor e dinâmica, pois estabelecem relações mais orgânicas com seu ecossistema.

3 APROXIMAÇÕES ENTRE ÉTICA CRISTÃ E ÉTICA EMPRESARIAL

A aproximação entre a ética cristã e a ética empresarial, não é uma tarefa fácil, porém possível, considerando que a ética cristã pode repercutir dentro da dinâmica das empresas, especialmente, da gestão de empresas e as próprias tensões do capitalismo.

Estamos no séc. XXI, em um mundo globalizado onde o pensamento relativista está muito presente, algo que é bom para mim não precisa fundamentalmente ser bom para o meu próximo, por essa razão temos um grande desafio perante a uma sociedade que em sua grande maioria já perdeu a noção ética de suas atitudes morais. Como cristãos precisamos de uma ética com base nas escrituras sagradas.

Alguns dilemas éticos contrastam com o jogo de interesses empresariais, pois o que é bom para a empresa pode não ser bom para as pessoas. Esse choque de interesses revela um conflito ético. Como atender aos interesses das empresas e, ao mesmo tempo, atender as necessidades humanas?

Bonino diz que:

A história da Igreja - e certamente também nossa experiência atual - nos mostra que Deus não deixou de dar a seu povo pessoas com capacidade especial de "discernimento" ético. A oposição à escravatura, a criação de hospitais e escolas públicos, bem como outras iniciativas éticas, começaram com o discernimento de algum, ou alguns cristãos, infelizmente, a comunidade tardou muito em prestar atenção a essa orientação do Espírito. E em não poucos casos lhe voltou e ainda lhe volta as costas, preferindo "permanecer na carne" (seguir a velha via do homem que é impulsionado por seu capricho egoísta) a "caminhar no Espírito".⁹⁰

Há muitas empresas criadas em princípios cristãos, assim como grupos que apoiam os líderes empresariais cristãos, fornecendo conselhos e um fórum de discussão sobre como ser eficaz nos negócios, sem comprometer a sua fé. Existem muitos cristãos e cristãs que gostariam de saber o que a Bíblia diz sobre os negócios, uma vez que a tradição evangélica sempre esteve atrelada a um viés pouco propício à usura. De qualquer forma, existem muitos cristãos na contemporaneidade que ora prezam pelo temor de tomar ao próximo o resultado do

⁹⁰ MÍGUEZ BONINO, José. *A fé em busca de eficácia: uma interpretação da reflexão teológica latino-americana sobre libertação*. São Leopoldo: Sinodal, 1987. p. 87.

suor de seu rosto, ora não temem em fazer de uma situação de ganho, mesmo que colocando seu próximo em prejuízo, algo que uma benção. Há aqueles ainda que imaginam ter na conversão dos indivíduos a chave para as mazelas sociais. Como analisa Bonino:

A discussão entre os que pensam que é necessário mudar o indivíduo para melhorar a sociedade e os que estão convencidos de que só melhorando a sociedade é possível mudar as pessoas não só é muito antiga mas um tanto estéril – e provavelmente bastante estúpida! Como amiúde ocorre, a preocupação por sustentar certas verdades chega a negar outras.⁹¹

Conforme o olhar de Bonino, através das escrituras é possível compreender a ética cristã. Nesse sentido, se o proprietário e os funcionários de uma determinada empresa, se dizem cristãos, a ética deveria prevalecer nesse ambiente. No entanto, em alguns casos, não é o que ocorre.

A Bíblia, em muitos lugares, condena o empréstimo de dinheiro sob juros, e em Lucas 6:35 Jesus diz: "Empreste, esperando nada em troca". Isso explica talvez por que razão demorou a surgirem os bancos na cristandade. Há também muitos ensinamentos sobre a ganância, que era um dos sete pecados capitais. Em 1 Timóteo 6.10, a tradição paulina presente ali é incisiva: "O amor ao dinheiro é a raiz de todos os males, para o qual alguns se desviaram da fé na sua cobiça". Parece claro que na Escritura ganhar dinheiro simplesmente para acumular é um equívoco a qualquer cristão, sendo a realidade escatológica muito presente naquele contexto. Aos cristãos entrar em um negócio puramente para ganhar dinheiro coloca em risco sua salvação, uma vez que onde está seu coração, aí está seu tesouro (Mt 6.19-24).

No entanto, quando um cristão fornece um serviço, ou faz um produto, não há nenhuma razão para que isso não deva ser rentável. Na verdade, a ética do trabalho protestante, segundo Weber, considera o trabalho como parte da nossa vocação, e o sucesso no mundo um sinal ou resultado da nossa salvação pessoal, de nossa eleição.⁹² Na verdade, há um movimento entre algumas das maiores da América Latina e do Norte, além da África, que postulam uma teologia da benção material (Teologia da Prosperidade) e que vêem na riqueza ou sucesso pessoal um sinal do favor de Deus. Se uma pessoa é próspera ou bem sucedida nos negócios,

⁹¹ BONINO, 1971, p. 93.

⁹² WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1967. p. 32.

então ela foi abençoada por Deus. Há que se fazer a distinção entre o calvinismo e essa teologia, sendo a primeira uma tendência à poupança e a segunda à ostentação.

Também o mandamento "Não cobiçarás" reforça outro ensinamento bíblico sobre o desejo material, o Decálogo inclui também: "Não roube" e "Não minta" (falso testemunho). Pessoas cristãs nos negócios não iriam se envolver com espionagem, como este é desleal e é realmente o roubo de ideias, visando lucratividade, torna-se bem concreta a necessidade de respeitar o próximo a partir do amor de Deus, que, sendo rico, se fez pobre por amor a nós (II Co 8.5).

Também o profeta Amós destacou a maneira injusta pela qual os pobres eram tratados, em seu tempo. Supõe-se que um cristão envolto aos negócios deveria pagar um soldo decente, evitando a precarização do trabalho pela terceirização ou produzir mercadoria com trabalho infantil, ou mesmo criminalizar a sindicalização. Amós destacou a prática do uso de pesos e medidas falsas. Um peso seria escondido, de modo que quando alguém pesasse sua mercadoria, estaria recebendo menos por isso. No mundo empresarial moderno, um cristão iria evitar a venda de bens ou produtos de qualidade inferior, bem como ser honesto no pagamento dos direitos trabalhistas. Mas não é essa a realidade que podemos encontrar.

No presente capítulo, buscaremos considerar algumas questões práticas para as ações dentro da esfera empresarial que, acreditamos, sejam relevantes a todos que se preocupam com seu papel dentro da estrutura social como testemunhas da ressurreição de Jesus.

3.1 A ética e os valores da tradição cristã protestante

A ética empresarial é frequentemente considerada como um oxímoro da maneira com que a "inteligência militar". Saindo da esfera da estratégia militar as fórmulas de organização tática para o mercado. Dado que a empresa tem a ver com a promoção dos negócios com fins lucrativos ou de interesse privado, e ética com as preocupações referentes ao cuidado dos outros, o termo "ética empresarial" soa contraditório. Por esta razão, surgem questões importantes sobre a possibilidade de

ética empresarial como tal. Vimos que essas questões são pertinentes e cabíveis a todas as pessoas que querem ter uma prática que respeite o próximo.

Filósofos iria tentar responder a esta questão através da chamada abordagem dos resultados, certo pragmatismo muito agressivo, e de acordo com o qual se considera bom aquilo que não quebre nenhuma das leis da sociedade. Como um cristão deve, então, responder à esta pergunta? É possível e suficiente que um cristão não infrinja nenhuma lei do mundo dos negócios? Se não, o que faz com que a ética cristã empresarial se distinga da abordagem filosófica geral?

Poderíamos dar dois exemplo a respeito.

Um primeiro princípio lida com a propriedade empresarial. Para os cristãos, todos os negócios são fundamentalmente negócios de Deus (1 Co 10. 31). A partir desta perspectiva, estritamente falando, não é errado para os cristãos dizerem que eles estão servindo a Deus em seus negócios. A noção de vocação em Lutero parece muito apropriada para a ideia de que ao servir sob uma profissão, qualquer que seja ela, à sociedade, se está servindo ao próprio Deus que nos presenteou com uma capacidade recebida gratuitamente.⁹³ Poderíamos dizer que servimos a Deus por meio dos negócios, nos seus locais de trabalho. Os empresários estariam preocupados com o seu plano de negócios e, ao mesmo tempo, com a sua fé e seu compromisso com a economia de Deus.⁹⁴

Isto, naturalmente, não significa que um empresário não deva ter um plano de negócios. Encontramos um modelo exemplar de empresário cristão na história do centurião romano em Lucas 7, onde Jesus está "espantado" no com a fé do centurião, que diz a Jesus ser um homem sujeito à autoridade. A filosofia da pessoa vocacionada é resumida em sua própria declaração: "Pois eu também sou um homem sujeito à autoridade e tenho soldados sob o meu comando; e quando digo a um: 'Vai', e ele vai; e a outro: Vem, e ele vem".

Esta declaração nos dá uma visão perspicaz da identidade cristã. Simplificando, os cristãos não são mais do que os homens e as mulheres "estabelecidos sob autoridade". Mesmo que uma pessoa seja um CEO de uma grande empresa, ela ainda é uma pessoa sujeita à autoridade, se dizendo ser um

⁹³ WEBER, 1967, p. 34.

⁹⁴ AGAMBEN, Giorgio. *O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

cristão. É, portanto, fundamental para empresários e empresárias cristãos monitorarem a si mesmos e se perguntar: sob qual autoridade estou pronto? Não se trata de mandonismo ou hierarquia fechada, mas de consciência organizacional eficaz. As tomadas de decisão devem ser debatidas e analisadas em conjunto. Porém, quando a ordem estabelecida pelo livre acordo ou pela ordenação estatutária apresenta traços de colapso, é importante atentar para o bom ordenamento das virtudes implicadas. Lutero considera que a ordem estabelecida é resultado da boa ordenança divina, porém, o colapso da autoridade, quer dizer, da pessoa que ocupa um cargo, dentro de uma estrutura organizacional, pode implicar em anomia, sendo legítimas a crítica rigorosa.⁹⁵

Outro princípio importante envolvido na ética empresarial cristã é a filosofia de dinheiro. Para os cristãos, o dinheiro não deveria ser o objetivo do seu negócio, mas sim servir às necessidades dos outros. Quando se trata de dinheiro, os cristãos podem ganhar dinheiro, ainda que servindo às necessidades dos outros, porém, desde que o acordo seja respeitado. Enquanto nós estamos vivendo neste mundo em forma corpórea, ninguém está isento da necessidade de responder às suas necessidades físicas ou mentais, e de negócios. De fato, como a atividade humana é utilizada para atender às diversas necessidades da humanidade, como pensamos a função e possibilidade do dinheiro se torna relevante. Se, no entanto, acreditamos que o dinheiro é o objetivo da empresa, não haverá espaço para o amor genuíno ou cuidado ético. Ao criar uma empresa, abrir um negócio, a pessoa cristã precisa se perguntar: Qual é o plano de Deus para mim? Em seguida, deve-se procurar a área na qual as necessidades das pessoas estarão sendo bem servidas. Se um homem ou uma mulher encontram uma maneira de servir às necessidades não satisfeitas das pessoas, então eles se tornarão realizados, pois estarão correspondendo à vocação dada por Deus e ao chamado de amor ao próximo.

Em outras palavras, podemos chegar a um entendimento de que a ética empresarial cristã é basicamente uma ética de servir com responsabilidade. Uma vez que o ato de servir não é possível sem a descoberta dos outros e o reconhecimento de suas necessidades, empresários e empresárias cristãs deveriam fazer um esforço para descobrir a existência de outras necessidades. É preciso

⁹⁵ LUTERO, Martim. *Ética cristã: das boas obras*. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, 1999. p. 33.

notar, porém, que só poderemos descobrir as necessidades dos outros e de nossos vizinhos, caso nossos olhos estejam dispostos a servir em vez de simplesmente ganhar dinheiro. A este respeito, a integração dos negócios com a virtude não só é possível, mas também é uma necessidade para os cristãos e cristãs chamadas aos negócios.

3.2 Alguns aportes práticos para uma ética cristã empresarial

Queremos agora elencar algumas situações práticas que poderiam ajudar a perceber metodologias pautadas na ética empresarial cristã.

i) *a solidariedade entre todos os seres humanos e hierarquia de responsabilidades*

A fim de compreender a concepção cristã sobre os negócios, é essencial saber o que a tradição cristã tem a ensinar sobre o fato de que os seres humanos estão destinados a se relacionarem um com o outro. Há um forte contraste entre os ensinamentos cristãos nesta área e as ideias que são, muitas vezes, tidas como certas na vida empresarial. Talvez seja significativa que a metáfora da vida empresarial como uma selva seja tão popular entre as pessoas que estão trabalhando no mercado empresarial, e que a frase "negócios são negócios" é invocada tantas vezes para tentar justificar a aplicação de diferenciações e normas especiais nesta área da vida. A ideia implícita parece ser a de que o negócio seja um reino no qual tudo está certo para que cada um pense somente em si mesmo. Há uma contradição quanto à produção da riqueza de uma nação e o direito à propriedade privada.

A concepção cristã do que sejam as relações entre os seres humanos deveria ser o oposto de uma lei da selva. A fé cristã prega o amor ao próximo e este é não apenas uma injunção de inspiração, é para ser tomado seriamente quando decisões têm de ser tomadas. É para ser algo prático. Um cristão tem que amar seu próximo não somente na igreja ou em ocasiões sociais, mas também no mundo empresarial essa lógica precisa se fazer presente. Existe uma notável insistência, ao longo da história da tradição cristã, a respeito da necessidade de tomar com a máxima seriedade o mandamento do amor ao próximo.

ii) *Hierarquia de responsabilidades*

Deve-se concluir daí que, como devemos amar a todos, precisamos exatamente dar os mesmos direitos a todos? Como alguns podem colocar: será que o preceito da diaconia universal proibiria um pai ou uma mãe de gastarem dinheiro com uma boa educação para seus filhos por longo tempo enquanto outras crianças passam fome? De acordo com a tradição cristã, não. Um ponto evidente que emerge do Novo Testamento e dos Pais da Igreja antiga é que, enquanto nosso amor não deva excluir ninguém, as nossas *responsabilidades* para com os outros estão ordenadas em uma hierarquia de modo que alguns têm precedência sobre os outros.

Esta é uma ideia prática de grande importância e que deve ser sempre enfatizada no debate sobre o preceito cristão da diaconia. A sensação de fracasso está frequentemente associado ao fato de que ao fazê-lo muitas pessoas encontram-se incapazes de descobrir como elas poderiam praticar a diaconia universal, imaginando que seja de sua responsabilidade ajudar a todos indistintamente, concluindo que a tarefa esteja simplesmente além delas. É uma ideia equivocada de que se não ajudamos de forma intensa e efetivamente eficaz não estaremos realizando a vocação de Deus. Há tarefas possíveis e cabíveis, e há tarefas que não nos competem como indivíduos. A hierarquia das nossas responsabilidades não pode ser definida em termos abstratos e com precisão matemática, mas seus principais contornos podem se tornar suficientemente claros. Por exemplo, na epístola aos Gálatas, o Apóstolo Paulo afirma que temos uma forte responsabilidade para com os irmãos na fé: "Portanto, enquanto temos oportunidade, façamos o bem a todos, especialmente aos da família da fé" (Gl 6.10).

O principal princípio que Santo Agostinho propõe para nos recomendar nossas diferentes responsabilidades parece ser o da proximidade: a pessoa mais próxima possível, por qualquer que seja a circunstância, é que deve ser tomada como um *índice de responsabilidades*.⁹⁶ É especialmente importante notar que nem Agostinho, nem qualquer outro autor cristão diz que um cristão não deva amar os que estão longe. Na verdade, Agostinho afirma explicitamente que todos os seres humanos são igualmente merecedores do amor. A razão oferecida por Agostinho

⁹⁶ AGOSTINHO. *A doutrina cristã: manual de exegese e formação cristã*. São Paulo: Paulus, 2002. p. 28.

para priorizar nossas preocupações é prática: não se pode fazer o bem a todos, e, portanto, por uma questão de eficácia precisamos concentrar nossos esforços em algumas pessoas. Por quem? Por aqueles a quem Deus tem colocado mais perto de nós. Por quê? Agostinho não discute esta questão de forma explícita, mas sua lógica subjacente parece clara o suficiente. Se Deus quisesse que eu desse prioridade para um conjunto diferente de pessoas, ele teria me colocado mais perto deles. Obviamente a ação criadora de Deus é conhecida por seus efeitos e, por conseguinte, o fato de uma pessoa estar mais perto de uns do que de outros pode ser uma indicação dos propósitos de Deus para com essa pessoa. nesse sentido, podem ser familiares, amigos, conhecidos do trabalho ou desconhecidos. Isso nos ajuda a percebermos que o próximo é justamente aquele imediato a nós. Como chama a atenção Kierkegaard, a respeito do próximo como uma sombra cuja realidade não pudemos perceber, porém, uma sombra que estava ao nosso lado e não pudemos ver. Nesse sentido, há muitos que desejam fazer missão em terras longínquas, mas não reconhecem seu próximo que está a seu lado, não passando de uma sombra.⁹⁷

Tomás de Aquino concorda com Agostinho a respeito desta matéria e ele também favorece o critério da proximidade e conexão co nosso próximo imediato: "Devemos ser mais benéficos para com aqueles que estão mais estreitamente ligados com a gente".⁹⁸ A proximidade permite-nos avaliar que a nossa vocação se realiza no contexto onde estamos colocados. São as pessoas com quem habitamos e com quem dividimos a sociedade que estão aí para serem servidas.

iii) *Cooperação como uma forma de solidariedade*

É possível entender o mandamento do amor ao próximo de forma equivocada, especialmente naquilo que se aplica ao campo dos negócios, traduzindo "amor" como "gratuidade" (a gratuidade se constitui na sensação de fazer algo por alguém sem esperar nada em troca). A gratuidade seguiria a partir desta perspectiva, por exemplo, a de que um executivo seria melhor cristão se cobrasse menos por seus produtos, porém, a lógica de mercado, na grande maioria das vezes, não permite ações de puro repasse com a produção, são acomodadas desde

⁹⁷ KIERKEGAARD, Søren. *As obras do amor: algumas considerações cristãs em forma de discursos*. Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005. p. 22-23.

⁹⁸ TOMÁS de Aquino, Santo. *Suma Teológica*. II-II, q. 31, a. 3. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980-1981. p. 53.

a lucratividade, racional, sim. Não há falácias na tradição cristã que possam apoiar soluções simplificadas.

Será suficiente observar, neste ponto, que duas pessoas, cada uma das quais está cheia de amor cristão para com a outra, poderia muito bem escolher a cooperação em um projeto comum para a sua empresa (não unilateral), pois não há nada na estrutura da referida relação que, de qualquer forma, se oponha ou enfraqueça seu amor cristão. Considerados em si mesmos, como tipos gerais de comportamento, nem ao menos a livre-doação nem a cooperação são mais importantes do que o outro. Afinal, comportamentos em si mesmos não amam, apenas as pessoas amam. Que tipo de comportamento será mais apropriado, em um dado momento como efetivação da expressão do amor cristão, dependerá das circunstâncias de cada caso. De modo geral, deve-se esperar que a cooperação seja, na maioria das vezes, a forma mais adequada de interação entre partes interessadas (stakeholders cristãos?!). Pessoas autossuficientes são os atores típicos na economia moderna, orientadas desde uma lógica voltada para o mercado. Isso não exclui que, em algumas situações, o dever cristão de praticar a diaconia e o amor, ajudem a si mesmos, vindo à tona questões psicológicas. Mas a compreensão das questões de ética empresarial podem ser facilmente viciadas caso se tome uma situação especial como regra geral.

iv) *Trabalhar em uma perspectiva cristã*

Nós sabemos que o trabalho encontra-se no mais antigo texto cristão, o livro do Gênesis. Nele podemos ver que o trabalho não é apenas algo que os filhos e filhas de Deus têm de realizar para se manterem vivos, nem puramente uma punição imposta aos seres humanos como resultado do pecado original. De acordo com Genesis, o trabalho é um elemento essencial da vocação que Deus tinha originalmente preparado confiar ao seres humanos.

3.3 Fundamentos norteadores a uma ética empresarial cristã

Os valores judaico-cristãos estão permeados na sociedade moderna ocidental. Temas como igualdade, monogamia, personalidade, meritocracia, etc, são conceitos secularizados às igrejas cristãs. Também são os valores da responsabilidade social que começaram a se fazer presente ainda no século XIX

quando as igrejas começaram a pautar certas necessidades aos governos. Já no século XX, depois da Segunda Guerra Mundial, o termo Organização Não-Governamental (ONG) começou a ganhar espaço entre os trabalhos das igrejas cristãs até que na década de 1970, também o mundo empresarial e dos negócios começou a falar em responsabilidade social.⁹⁹

Nesse sentido, nada mais coerente do que se falar em uma ética empresarial cristã. Não faltam exemplos de pessoas bem sucedidas nos negócios que ficaram conhecidas por serem grandes humanitários e filantropos. Porém, quando se fala em responsabilidade social há um elemento fundamental presente na unidade semântica, a saber, responsabilidade com o ecossistema, não uma simples preocupação com um aspecto pontual, mesmo que fundamental, mas está se falando no cuidado e na sustentabilidade de todo um mundo que se não for cuidado, levará a todos de roldão à bancarrota climática. A responsabilidade social é assim uma perspectiva que nos ajuda a perceber certa interação orgânica com o ecossistema e seus subsistemas, sejam eles a organização dos trabalhadores, a natureza e meio-ambiente, ou os stakeholders bem conceituados.

A ética empresarial cristã poderia ser auferida desde as seguintes linhas mestras de raciocínio:

➤ *Avaliação cristã do valor do comércio e dos negócios*

Como o ser humano é tido por imagem e semelhança de Deus, em que formas as criaturas de Deus podem ser respeitadas? Como podemos aprender com a Bíblia, enquanto o ser humano seja uma criatura corpórea, ele não é puramente material, mas tem um elemento espiritual, imortal nele. Por sua vez, resulta em que o ser humano seja dotado com capacidades de conhecimento e autodeterminação, além de possibilidades de realização que são radicalmente superiores aos dos outros animais. Saber ou imaginar que saibamos dessa estrutura de pensamento, ainda que eivada de antropocentrismo, ajudará a percebermos que mercadorias são a criação de Deus transformadas pela ação humana.

Saber economizar e primar pela sustentabilidade se configura como uma ação fundamental nos dias atuais. Sustentar a natureza e não permitir sua

⁹⁹ TEIXEIRA, Helio Aparecido Campos. *Antropofagapia: a public-idade cívica da prática social cristã*. 2015. 278 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2015.

destruição é respeitar os mandamentos de Deus, bem como significar a ação humana como vocação dada gratuitamente. Dessa forma, avaliar mercadorias e manejar bem a negociação que não macule a criação de Deus nos parece muito propício ao bom andamento de um programa de ética empresarial cristã.

➤ *O respeito pela dignidade humana dos trabalhadores*

Os ensinamentos cristãos sobre a dignidade dos seres humanos insistem que eles têm de ser tratados com respeito. Em vez de os utilizar como coisas ou como um mero meio para a consecução dos fins de outra pessoa ou grupo, cabe ao empresário e pessoa de negócios respeitar essa dignidade. Essa ideia de que Deus exige que os seres humanos sejam tratados com o respeito e a consideração que o seu valor requer, e a dignidade correspondente, têm sido outro tema constante na tradição cristã.

A instituição da escravidão existia entre os judeus, mas, em contraste com o que existia entre seus vizinhos, a escravidão de um judeu era uma condição temporária, que, pelo menos segundo a tradição deuteronomista, deveria durar apenas sete anos.¹⁰⁰ Portanto, era uma condição de trabalho escravo em vez de escravidão rigorosa. Além disso, o mestre era obrigado a tratar o escravo bem, lembrando que todos os judeus foram escravos um dia. Finalmente, no final do seu período de serviço como escravo, o mestre deveria compartilhar com ele a riqueza que ele mesmo ajudou a construir. Dadas as extremas condições dos escravos, em todas as culturas vizinhas, naquela época, estas disposições do Deuteronomio nos ajudam a apreciar o grande cuidado com que Deus espera que os seres humanos tratassem uns aos outros.

Assim, cabe ao homem e à mulher de negócios, empenhados na construção de uma ética empresarial cristã, avaliarem as situações que implicam na dignidade humana, sejam elas relativas às condições de trabalho, ao tratamento concedido aos colaboradores, evitando-se coisas como coerção ou assédio moral, que seja pautado pelos valores da fé em Jesus e no Deus que liberta do cativeiro.¹⁰¹

¹⁰⁰ SCHWANTES, Milton. *O direito dos pobres*. São Leopoldo: Oikos, São Bernardo do Campo: Editeo, 2013.

¹⁰¹ BOFF, Leonardo. *A fé na periferia do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1978.

➤ Motivação e disciplina

O empregado que se está plenamente consciente das exigências da sua própria vocação cristã não será motivado, principalmente pelo medo de cortes e outras complicações laborais, mas se associará muito prontamente buscando um bom desempenho. Por mais profundas que sejam as considerações, principalmente a consciência de que quando usamos bem os dons que Deus nos dá é que estamos vivendo a vocação cristã, dada gratuitamente, somente tocamos na superfície dos planos de Deus para nós. É importante sabermos que tais planos envolvem a todos, indistintamente. A virtude de uma consciência disposta a Deus espera servi-lo não pela aparência, mas pela ação conscienciosa (1 Co 8.12; Rm 14. 23).

Tudo isso é importante porque há uma tendência a concentrar-se nas patologias de situações equivocadas do trabalho, os casos de pessoas irresponsáveis que não têm nenhuma motivação interna para fazer seu trabalho. Isso pode facilmente levar a ações que tendam a adiar a centelha da responsável motivação. Necessário, pois, é ser claro sobre as maneiras que podem ser usadas para chamar à disciplina aqueles e aquelas que se recusam a submeter-se às exigências legítimas de uma empresa de negócios, é ainda mais importante estar ciente dos objetivos e considerações que, na visão cristã, deveriam motivar um trabalhador e uma trabalhadeira. Em última análise, um cristão é motivado para trabalhar, e trabalhar bem. Por considerações complexas a respeito do local de trabalho, na visão cristã, a solidariedade para com as outras pessoas, bem como a sua vocação pessoal, necessitam caminhar juntas.

A primeira responsabilidade de um bom gestor para motivar seus empregados deve ser o de fazer o seu melhor para mantê-la viva e promover a motivação interna. Controlar e manter o foco, cuidar dos casos anômicos, tanto dos colaboradores quanto dos empregadores, é fundamental, sob o risco de todo um programa de ética empresarial cristã ruir. O que precisa ser feito para controlá-los é evitar permitir que os gestores fomentem atitudes permanentes de infantilidade ou irresponsabilidade entre os seus empregados. A justificativa frequentemente ouvida é a de que muito rigor não ajuda a produzir e a construir um ambiente sadio. No entanto, não se trata de rigor demasiado ou gravidade que seja contraprodutiva, nem mesmo atitudes de liberdades inconvenientes, mas sim de vinculação

sinérgica entre possibilidades de convivência fraterna e programas de permitam um bom plano de carreira.

➤ Ênfase sobre a comunidade

Nós já vimos como a elevada dignidade do ser humano exige que, ao usar fazer uso de seus serviços, a sua própria realização é que se coloca como objetivo final. Mas como fazer com que os seres humanos alcancem sua realização? A fé cristã tem muito a dizer sobre este assunto. Uma de seus ensinamentos característicos, e que está em nítido contraste com o individualismo que é tão comum hoje em dia, é o de que o ser humano encontra satisfação na *comunidade*. A partir desta noção segue uma forte insistência na necessidade de mecanismos e estruturas para promover a formação de comunidades sociais fortes, em vez de incentivar o individualismo e o isolamento.

Além das referências específicas, a importância da comunidade na visão cristã do ser humano deriva de três doutrinas básicas encontradas na Bíblia. A primeira é que a de que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26). Ora, o deus da Bíblia, em marcado contraste com o deus dos filósofos, não é retratado como estando por toda a eternidade em esplêndido isolamento e autossuficiência. Em vez disso, o deus cristão é uma trindade, em que três pessoas divinas se relacionam entre si em uma comunidade de amor eterno, a melhor comunidade.¹⁰² Um ser humano que não tenha conexões significativas com os outros torna-se um verdadeiro negativo de como Deus não é, isolado.

➤ Participação

A ênfase explícita sobre a necessidade de criar estruturas participativas na forma como o local de trabalho está organizado é relativamente recente no ensino cristão. Ela deriva em parte da ideia de que as empresas devem ser verdadeiras comunidades. Em uma verdadeira comunidade ninguém é apenas um "mercenário", todos os membros da comunidade estão preocupados com o sucesso da comunidade e sentem-se responsáveis por ela. Daqui resulta um requisito essencial para as empresas, que se tornam comunidades, e que é dar oportunidades a todos os funcionários para a participação genuína nos negócios da empresa. Outra razão para a ênfase na participação é a ideia de que trabalhadores devem ser respeitados

¹⁰² BOFF, Leonardo. *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*. São Paulo: Vozes, 1988.

de acordo com a sua dignidade, isto exige que seja auxiliado a desenvolver suas capacidades e que nunca sejam tratados como meras máquinas. Um meio importante para o pleno desenvolvimento humano dos colaboradores é que eles possam participar nas decisões que dizem respeito à sua própria situação e também à empresa como um todo.

➤ Tempo para descanso e família

As pessoas devem ser autorizadas e incentivadas a participar no aspectos mais fundamentais de uma empresa, bem como participar das decisões de mercado que regem a economia, compartilhando, na medida do possível, as tomadas de decisão em todos os níveis. A participação passou a ser vista como estrategicamente importante por grande parte das empresas que trabalham com conceitos de ética e responsabilidade social. Os membros de uma sociedade devem ser codeterminadores da qualidade de vida econômica. Tal codeterminação, exigindo diferentes estruturas apropriada para situações diferentes, é o direito fundamental das pessoas a quem Deus criou em co-humanidade como mordomos responsáveis.

Nesse chamada ele já sugeriu explicitamente que os trabalhadores devem participar na gestão e participar nos lucros da empresa.

➤ Direito ao trabalho e salário

Se a relação de trabalho era uma transação puramente privada entre dois indivíduos, os fatores expostos supra são suficientes para determinar um salário justo, e, de fato, estes são os fatores que muitos cristãos no passado não consideraram. No entanto, como o salário é o meio através do qual a grande maioria dos funcionários adquirem os meios para sustentar as suas famílias, tornou-se progressivamente mais claro que essa questão deve ser considerada também do ponto de vista da ordenação do direito e da sociedade. A tradição deuteronômica já continha disposições que tendiam a garantir o acesso de todos às necessidades básicas da vida. Assim, por exemplo, havia regras sobre o dízimo; havia também regras que intimidavam os proprietários a não recolherem os frutos que caíssem na beira da estrada ou que orientavam aos proprietários a não segar duas vezes de forma a não deixar sobras para os pobres (Dt 24.19). Além de exigir que fosse a terra colocada em descanso a cada sete anos (Lv 25).

Nas sociedades em que não existiam sistemas de segurança social, e em que a grande maioria de pessoas dependia das jornadas (salários) para assegurar uma existência básica, logo ficou claro que o único veículo prático de garantia as necessidades básicas era o de que todos os salários, na medida do possível, deveriam ser suficientes para atender a essas necessidades básicas.

CONCLUSÃO

A ética é concebida como a reflexão a respeito do mundo da vida de um determinado grupo social, levando em consideração - muito especificamente, mas não só - os códigos morais que ao longo do tempo vão sendo elaborados. Essa reflexão perfaz também decisões de caráter legal, tomando por fundamento as decisões das cortes que precisam em muitos momentos ter por base não simplesmente as leis, mas as práticas, sobretudo.

A moral se constitui, então, na codificação dos limites estabelecidos desde a cotidianidade e elevam-se, em determinados momentos, a posição de jurisprudência e lei normativa. Cabe, assim, aos cidadãos realizarem a reflexão a partir destes códigos morais e retirar deles elementos necessários a compreensão dos processos internos a uma determinada sociedade.

É a partir da noção de virtude elaborada pela tradição aristotélica que a ética, como ciência, será gestada no Ocidente e passará a definir muitas das formas interpretativas existentes dentro das organizações sociais, fundamentalmente a partir da influência das tendências cristãs. Nesse sentido, a ética também terá uma vertente poderosa no Ocidente, flertando por vezes com a tradição profética e com a noção de diaconia e caridade das igrejas do cristianismo primitivo.

Desde essa constatação, elaborar uma ética empresarial cristã pode ser considerada sem eficácia, por alguns que tomam a lógica da sociedade da mercadoria como algo que necessitaria ser deixada ao puro arbítrio dos empresários marcados pela anarquia de mercado. Há também aqueles que gostariam de maior controle sobre as corporações e os negócios, imaginando com isso que maiores níveis de controle estatal redundariam em maiores níveis de distribuição de renda e, conseqüentemente, um maior justiça social.

Na contramão de tais tendências, acreditamos que uma ética empresarial cristã é, sim, possível. Os motivos para isso são os seguintes: os cristãos não podem conceder ao mercado a palavra final sobre o destino da igreja e da vida da pessoa cristã. Também uma atitude quietista ou isolacionista nos parece uma fuga da verdadeira vocação dada por Deus aos cristãos, a saber, a vocação no e para o mundo. Ser sal e luz na terra, esse parece um programa evangélico coerente com a realidade da situação existencial da igreja de Jesus, pois não se compreende a vida dentro de um esquema dualista, ou uma ou outra coisa. A vida cristã como vocação

para o mundo é dinâmica; é um viver como se fosse o último dia (escatológico) não perdendo a perspectiva organizacional do futuro. Desta forma, cumpre perceber que para a elaboração de um programa de ética empresarial cristã seriam interessantes, e necessários, os elementos que se seguem:

i) os pontos eficazes de uma convivência fraternal que considere o fato de que todos os seres humanos são criados a imagem e semelhança de Deus;

ii) a sociedade moderna está pautada pela maximização dos lucros, porém, isso não precisa ser algo necessariamente ruim, tomando-se por base uma tradição que, de fato, coloca acento no amor ao próximo e considerando a rejeição de tal tese a rejeição ao próprio Deus (I Jo 4.8).

iii) a ética cristã nos parece evidentemente responsável pelo nosso próximo. Nesse sentido, a proposta de uma ética pautada no senhorio de Jesus e na esperança escatológica nos parece a mais promissora, pois não consideramos abrir mão da cristologia sob temor de acabarmos nos braços deste mundo que jaz no maligno, ou seja, um mundo no qual impera a lógica da falta do amor.

A eficácia de qualquer grupo depende de seus membros estarem efetivamente unidos e perseguindo objetivos comuns. Além disso, um grupo se torna mais e mais uma verdadeira comunidade quando seus membros estão efetivamente comprometidos com os interesses de cada um e do grupo em comum. Segue-se que qualquer coisa que mine a unidade do grupo tende a destruir a eficácia do grupo e sua posição como uma comunidade.

Nos tempos mais recentes, chama a atenção um fator que tem sido fonte muito frequente de conflito nas organizações empresariais, a saber, as tensões inerentes às relações entre os parceiros sociais, especialmente no trabalho organizado. Mesmo nessa esfera, salienta-se a importância de preservar a unidade em uma organização. O ponto importante é que isso não deve levar apenas a uma mera falta passiva de ataques manifestos contra esta unidade, mas, de forma mais positiva, para uma cooperação ativa e leal para fins que são comuns para todos os participantes na empresa.

Claro que, se os trabalhadores têm essa responsabilidade, muito mais deveriam tê-la os executivos. Ainda sobre a questão das relações de gerenciamento dos funcionários, uma ética empresarial cristã poderia soar como um engodo de caráter religioso, porém, a importância de preservar a unidade e a boa convivência permitindo o debate e o dissenso, conduzindo assim a uma forma crítica de

convivência na qual são partes essenciais a *tradição dos profetas*, a proposta de *medianidade* da tradição grega e paulina.

A ética empresarial cristã, nesse sentido, corresponderia a uma responsabilidade muito básica de um membro verdadeiramente comprometido na diligente realização dos fins a que se propõe o grupo, isto é, conviver responsabilmente com a criação de Deus.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. Lisboa: Presença, 1970.
- AGAMBEN, Giorgio. *O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AGOSTINHO. *A doutrina cristã: manual de exegese e formação cristã*. São Paulo: Paulus, 2002.
- ANDERSON, Bjørn. *Bringing Business Ethics to Life: achieving corporate social responsibility*. Milwaukee: ASQ Quality Press; Retrieved, 2004.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicómacos*. Brasília: UnB, 1985.
- ASHLEY, Patricia Almeida. *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS (AMB). Barômetro de Confiança nas Instituições Brasileiras. 2008. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/portal/docs/pesquisa/barometro.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.
- Attitudes of the British Public to Business Ethics. *Business Ethics Briefing*, n. 28, nov., 2012. Disponível em: <http://www.ibe.org.uk/userfiles/attitudes_to_be2012.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.
- Augustine, Christian Doctrine, Bk I, Ch. 28.
- BAKOÖLU, Refika. *Mission statements of socially responsible firms: a content analysis*. Disponível em: <<http://isma.info/uploads/files/066-mission-statements-of-socially-responsible-firms-a-content-analysis.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015.
- BEDFORD-STROHM, Heinrich. Teologia pública e responsabilidade política. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 54, n.1 , p. 84-98, jan. 2014.
- BETHGE, Eberhard. *Dietrich Bonhoeffer: teólogo, cristiano, hombre actual*. Bilbao: Editorial Española Desclée de Brouwer, 1970.
- BOFF, Leonardo. *A fé na periferia do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *A Santíssima Trindade é a melhor comunidade*. São Paulo: Vozes, 1988.
- BONHOEFFER, Dietrich *apud* FILHO, Prócoro Velasques. *Ética para nossos dias*. São Bernardo do Campo: EDITEO, 1977.
- _____. *Ética*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- _____. *Resistência e Submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. *Se não morrer...fica só*. Sintra, [s/ed],1963.

_____. *Vida em comunhão*. São Leopoldo: Sinodal, 1982.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia e da religião romana*. Petrópolis: Vozes; Brasília: Edunb, 1993. Verbete: moral.

BUSINESS CASE STUDIES. Business ethics and corporate social responsibility: an Anglo American case study. 2015. Disponível em: <<http://businesscasestudies.co.uk/anglo-american/business-ethics-and-corporate-social-responsibility/what-are-business-ethics.html#axzz3cgW6akBq>>. Acesso em 01 jun. 2015.

CÂMARA, U. F. DA SILVA. A Ética da Responsabilidade em Bonhoeffer: o desafio de encarar as demandas éticas do mundo moderno. *Via Teológica da Faculdade Teológica Batista do Paraná*, Curitiba, n.8, p.1-15, dez. 2003. Disponível em: <http://www.nupper.com.br/home2/wp-content/uploads/1-Etica_em_Bonhoeffer1.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

CARROLL, A. B. *Business & Society: ethics and stakeholders management*. 3. ed. Cincinnati: ITP, 1996.

CIULLA, Joanne B. Why is Business Talking about Ethics? Reflections on Foreign Conversations. *California Management Review*, CA, v. 34, n. 1, p. 67-86, 1991.

CSR PROFILE OF BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY. Disponível em: <<http://www.csrwire.com/members/12209-business-for-social-responsibility>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

DAHLSRUD, Alexander. How Corporate Social Responsibility is Defined: an Analysis of 37 Definitions. Corporate Social Responsibility and Environmental Management. *Wiley: InterScience*, 2006. Disponível em: <http://www.mcxindia.com/csr/newsarticle/pdf/csr_news45.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

DAIGNEAULT, M. G.; GUTHRIE, J.; NAVRAN, F. *Managing Ethics Upwards: ethics resource Center*. Washington, 2001. Disponível em: <<http://www.ethics.org>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. Confiança e Segurança Ontológica na Sociedade de Risco. *Revista LEVS*, UNESP-Marília, n. 7, jun., 2011. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/1676/1424>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

DE GEORGE, Richard T. A History of Business Ethics. In: SANTA CLARA UNIVERSITY: Markkula Center for ethics applied. Disponível em: <<http://www.scu.edu/ethics/practicing/focusareas/business/conference/presentations/business-ethics-history.html>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The Stakeholders: theory of corporation. *Academy of Management Review*, New York, v. 20, n. 1, p. 65 - 91, jan. 1995. Disponível em:

<https://noppa.aalto.fi/noppa/kurssi/51a00210/materiaali/51A00210_donaldson___pr eston___the_stakeholder_theory_of_the_corporation.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

DRUCKER, Peter F. *Converting Social Problems into Business Opportunities: The New Meaning of Corporate Social Responsibility*. Berkeley: California Management Review, 1984.

DUMAS, André. *Dietrich Bonhoeffer: uma Igreja para los no religiosos*. In: BOSC, Jean. *Teólogos protestantes contemporâneos*. Salamanca: Sigueme, 1968.

DURÃO, Juliana Velloso. *Perfil e Panorama Atual da Responsabilidade Social Empresarial: uma análise da indústria paulista*. Monografia. 77 f. (Bacharelado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/perfil_e_panorama_atual_da_responsabilidade_social_empresarial.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

DUSKA, Ronald F. Why Business Ethics Needs Rhetoric: an aristotelian perspective. *Business Ethics Quarterly*, v. 24, n. 1, Jan, 2014. Disponível em: <http://www.pdcnet.org/pdc/bvdb.nsf/purchase?openform&fp=beq&id=beq_2014_0024_0001_0119_0134>. Acesso em: 08 jun. 2015.

FALCO, Gláucia de Paula; ALVIM ASSIS, Frederico Azevedo; MUNCK, Joyce Gonçalves Altaf. Formação de cartéis e impactos econômicos. *Vianna Sapiens*, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, out. 2010. Disponível em: <http://www.viannajunior.edu.br/files/uploads/20131001_110607.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

FIGUEIREDO, Kleber Fossati; SILVA ARAÚJO, Claudia Affonso. SERASA: como motivar um time vencedor? *REAd*, ed. 65, v. 16, n. 1, jan-abr., 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/Helio/Downloads/38965-155046-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 jun.

FLORES, Paula Quadros; ESCOLA, Joaquim; PERES, Américo. A Concepção de boas práticas segundo os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico. 8º CONGRESSO LUSOCOM. Disponível em: <<http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/436/434>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

FREEMAN, R. Edward. *Strategic Management: a stakeholder approach*. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril, 1984. (Os economistas).

GARCIA, Joana; LANDIM, Leilah; DAHMER, Tatiana. *Sociedade e Políticas: novos debates entre ONGs e universidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

GERT, Bernard. The Definition of Morality. In: ZALTA, Edward N. (Org.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Standofort: 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/contents.html>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

GIANNETTI, Eduardo. *Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na Riqueza das Nações*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

INSTITUTO ETHOS. *Formulação e Implantação de Código de Ética em Empresas*. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2000. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

KANT, Immanuel. *Fundamento da metafísica dos costumes*. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, [19--].

KIERKEGAARD, Søren. *As obras do amor: algumas considerações cristãs em forma de discursos*. Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2005.

LIMA NETO, Jorge Nogueira de. *Expressões e termos latinos para juristas*. Rio de Janeiro: WMF Martins Fontes, 2003.

LOPES, Hugo. *As Virtudes do Homem Bom: um paralelismo entre Platão e Aristóteles*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2014.

LOPES, M. *O Animal Político: Estudos Sobre a Justiça e Virtude em Aristóteles*. São Paulo: Singular, 2008.

LUTERO, Martim. *Ética cristã: das boas obras*. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, 1999.

MAY, Roy H. *Discernimento moral: uma introdução à ética cristã*. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

McCABE, D.L., TREVIÑO, L.K. & BUTTERFIELD, K.D. The Influence of Collegiate and Corporate Codes of Conduct on Ethics-Related Behavior in Workplace. *Business Ethics Quarterly*. v. 6, n. 4, p. 461-476, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000124&pid=S1415-6555200500030000600220&lng=pt>. Acesso em: 07 jun. 2015.

MENEZES, Diego Sabbado; HOBUSS, João. A doutrina aristotélica da mediedade. XVIII CIC / XI ENPOS / I MOSTRA CIETÍFICA, Universidade Federal de Pelotas, 2009. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_00293.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

MÍGUEZ BONINO, José. *A fé em busca de eficácia: uma interpretação da reflexão teológica latino-americana sobre libertação*. São Leopoldo: Sinodal, 1987.

MOREIRA, Joaquim Magalhães. *A ética empresarial no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1999.

PINNINGTON, A. H.; MACKLIN, R.; CAMPBELL, T. *Human Resource Management: Ethics and Employment*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Planos de saúde estão entre as principais reclamações no Procon. G1: Globo.com, 20 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2013/09/planos-de-saude-estao-entre-principais-reclamacoes-no-procon.html>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

PONCHIROLLI, Osmar; SOUZA LIMA, José Edmilson de. Ética Empresarial. *Capital humano*. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/cap_humano/5.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

RHODES, Carl; PULLEN, Alison. Organizationl Moral Reponsability.. In: CLEGG, Stewart R; COOPER, Gary L. (Orgs.). *The SAGE handbook of Organizational Behavior*. London: SAGE Publication, 2009. v.2, p. 344-345. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=Qb5C7mj-rjEC&pg=PA339&lpg=PA339&dq=PINNINGTON,+A.+H.;+MACKLIN,+R.;+CAMPBELL,+T.+Human+Resource+Management:+Ethics+and+Employment.+Oxford:+Oxford+University+Press,+2007.&source=bl&ots=acToU9a20G&sig=SLp0kFu3nE5nj_iQ6sUNF8I3ICY&hl=pt-BR&sa=X&ei=Zz13VcHPKeySsQT1oaKwAw&ved=0CCQQ6AEwAQ#v=onepage&q=PINNINGTON%2C%20A.%20H.%3B%20MACKLIN%2C%20R.%3B%20CAMPBELL%2C%20T.%20Human%20Resource%20Management%3A%20Ethics%20and%20Employment.%20Oxford%3A%20Oxford%20University%20Press%2C%202007.&f=false>. Acesso em: 07 jun. 2015.

ROSS, David. *Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

SANTOS, Elenice Roginski. Responsabilidade Social ou Filantropia? Doações e outros gestos de caridade não vinculados à estratégia empresarial não caracterizam a responsabilidade social corporativa. *Revista FAE BUSINESS*, n. 9, set., p. 32-34, 2004. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n9/10_rs_filantropia.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

SCHEFFER, Mário; BAHIA, Lígia. O financiamento de campanhas pelos planos e seguros de saúde nas eleições de 2010. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 96-103, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n96/11.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

SCHERER, Deoclécio Antonio. A educação no tempo da ética: conexões entre paradigmas divergente. *Revista Diálogo Educacional*, 2000, 1 (1). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189118251007>>. Acesso em: 4 jun. 2015.

SCHWANTES, Milton. *O direito dos pobres*. São Leopoldo: Oikos, São Bernardo do Campo: Editeo, 2013.

SHAKESPEARE, William. *Hamleto: príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Melhoramentos, [19--].

SROUR, Robert Henry. *Ética Empresarial*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TEIXEIRA, Helio Aparecido Campos. *Antropofagapia: a public-idade cívica da prática social cristã*. 2015. 278 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo, 2015.

TOMÁS de Aquino, Santo. *Suma Teológica*. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980-1981.

TREVIÑO, L. K., HARTMAN, L. P. & BROWN, M. Moral Person and Moral Manager: How Executives Develop a Reputation for Ethical Leadership. *California Management Review*, v. 42, n. 4, p. 128-142, 2000. Disponível em: <http://homepages.se.edu/cvonbergen/files/2013/01/Managing-to-be-Ethical_Debunking-Five-Business-Ethics-Myths.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2015.

TREVIÑO, Linda Klebe; BROWN, Michael. Managing to be ethical: debunking five business ethics myths. *Academy of Management Executive*, v. 18, n. 2, 2004. Disponível em: <http://homepages.se.edu/cvonbergen/files/2013/01/Managing-to-be-Ethical_Debunking-Five-Business-Ethics-Myths.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WEAVER, G. R., TREVIÑO, L. K; COCHRAN, P. Integrated and Decoupled Corporate Social Performance: Management Commitments, External Pressures and Corporate Ethics Practices. *Academy of Management Journal*, v. 42, n. 5, p. 539-560, 1999.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, SP: Livraria Pioneira Editora, 1967

ZINGANO, M. *Aristóteles. Ethica Nichomachea I 13-III 8: Tratado da Virtude Moral*. São Paulo: Odisseus, 2008.